



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Departamento de Estradas de Rodagem**  
**Coordenadoria de Aquisições e Licitações de Bens e Serviços**

## **EDITAL**

**Nº do Processo:** 139.00012988/2026-03

**Interessado:** Coordenadoria de Patrimônio - Frota

**Assunto:** Contratação de empresas especializadas em abastecimento para os veículos oficiais do DER/SP

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**90.081/2026**

**CONTRATANTE (UASG)**  
**(262201)**

## **OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, incluindo óleo lubrificante, fluido de freio, reagente para controle de emissões (ARLA 32), filtros de ar, de óleo, de combustível e separadores tipo Racor, bem como serviços de higienização (lavagem simples e completa) da frota de veículos automotores e maquinários, por meio da implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado, acessível via WEB, em tempo real, com utilização de dispositivos de identificação veicular (TAGs), baseados em tecnologia Radio Frequency Identification – RFID, Near Field Communication – NFC ou outra tecnologia equivalente, destinados ao controle, monitoramento, registro e intermediação das operações realizadas em rede credenciada de postos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 10.488.839,10**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
**Dia 15/05/2026 às 10h00 (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
menor preço (Menor Taxa) global

# **MODO DE DISPUTA:**

aberto

# **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO**

## Sumário

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.081/2026**

(Processo Administrativo nº139.00012988/2026-03)

Torna-se público que o **Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo**, por meio da **Coordenadoria Geral de Aquisições e Licitações**, sediado à **Avenida do Estado, nº 777 – bairro Bom Retiro, na cidade de São Paulo/ Estado de São Paulo**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as

subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, incluindo óleo lubrificante, fluido de freio, reagente para controle de emissões (ARLA 32), filtros de ar, de óleo, de combustível e separadores tipo Racor, bem como serviços de higienização (lavagem simples e completa) da frota de veículos automotores e maquinários, por meio da implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado, acessível via WEB, em tempo real, com utilização de dispositivos de identificação veicular (TAGs), baseados em tecnologia Radio Frequency Identification – RFID, Near Field Communication – NFC ou outra tecnologia equivalente, destinados ao controle, monitoramento, registro e intermediação das operações realizadas em rede credenciada de postos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.**

1.2. A licitação será realizada em único item.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não se aplicam nesta licitação as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido nas subdivisões subsequentes.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e total estimado do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da



sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase

fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro



lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.
- 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a

filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta

subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme definido em subdivisão do item 3.5.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [SEI](#) Sistema eletrônico de informações do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <https://portal.sei.sp.gov.br/usuario-externo>, conforme Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023 que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, que instituiu o Sistema de Informações Eletrônicas ([SEI](#))/SP ou por meio eletrônico [cgl@der.sp.gov.br](mailto:cgl@der.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;

(2) Multa Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e



circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo(s) seguinte(s) meio(s): e-mail [cgl@der.sp.gov.br](mailto:cgl@der.sp.gov.br) ou através do Sistema Eletrônico de Informações sei!, cujo cadastro como usuário externo deverá ser realizado através do Portal sei! do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <https://portal.sei.sp.gov.br/usuario-externo>, conforme Decreto nº 67.641 de 10 de abril de 2023 que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia

útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na [Internet.compras.sp.gov](http://Internet.compras.sp.gov), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.der.sp.gov.br](http://www.der.sp.gov.br).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.5. ANEXO IV – Modelo de Cronograma Físico-Financeiro.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**SERGIO HENRIQUE CODELLO NASCIMENTO**

**PRESIDENTE**



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Henrique Codello Nascimento, Presidente**, em 28/04/2026, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0105524981** e o código CRC **56D878C5**.

---



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.081/2026**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER

## Termo de Referência 28/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2026	262201-ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	MARCELA LETICIA LOPES	24/04/2026 15:57 (v 0.92)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		139.00012988/2026-03

## 1. Definição do objeto

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de GERENCIAMENTO do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, incluindo óleo lubrificante, fluido de freio, reagente para controle de emissões (ARLA 32), filtros de ar, de óleo, de combustível e separadores tipo Racor, bem como serviços de higienização (lavagem simples e completa) da frota de veículos automotores e maquinários, por meio da implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado, acessível via WEB, em tempo real, com utilização de dispositivos de identificação veicular (TAGs), baseados em tecnologia Radio Frequency Identification – RFID, Near Field Communication – NFC ou outra tecnologia equivalente, destinados ao controle, monitoramento, registro e intermediação das operações realizadas em rede credenciada de postos. O objeto compreende exclusivamente o gerenciamento, a intermediação e a administração do sistema de abastecimento e dos serviços correlatos, não se caracterizando como fornecimento direto de combustíveis ou insumos, os quais serão adquiridos diretamente junto aos postos credenciados, conforme regras estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. A frota ativa atualmente administrada pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP é composta por aproximadamente 538 (quinhentos e trinta e oito) veículos e equipamentos, número este meramente estimativo, sujeito a variações ao longo da vigência contratual, em razão de incorporações, desativações, substituições ou remanejamentos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL 15 meses R\$
1	Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados para a implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via WEB on-line real time, objetivando a prestação de serviços com utilização de dispositivos denominados TAG`s (etiqueta) com tecnologia RFID, NFC ou similares, para toda frota do Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo e suas Coordenadorias Regionais.	25372	Mês	15	699.255,94	10.488.839,10



1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação é caracterizado como comum e continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência será de 15 (quinze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que a sua interrupção pode prejudicar o desenvolvimento das atividades da Administração e sua contratação pode estender-se por mais um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.3.2. Considerando a natureza contínua do serviço, a necessidade de estabilidade operacional, o período de implantação do sistema informatizado, a adaptação dos usuários e a obtenção de ganhos de eficiência administrativa ao longo do tempo, mostra-se adequada a fixação do prazo inicial de 15 (quinze) meses.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, qual seja, a gestão, intermediação e administração do sistema de abastecimento e dos serviços correlatos.

1.6. Admite-se, contudo, a utilização de rede credenciada de estabelecimentos para fornecimento de combustíveis, óleos, fluidos, serviços de lavagem e demais serviços correlatos, bem como de fornecedores de soluções tecnológicas necessários à execução contratual, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto à qualidade dos serviços prestados e ao cumprimento das obrigações contratuais.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade previstos na descrição do objeto, a execução contratual deverá observar, no que couber ao objeto contratado, critérios de sustentabilidade ambiental, incluindo, quando aplicável: a destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos (óleos usados, filtros, embalagens e elementos filtrantes), a observância da logística reversa prevista na Lei nº 12.305/2010, o atendimento às normas da ANP, CONAMA e CETESB, bem como a priorização de práticas que reduzam impactos ambientais, sem prejuízo da competitividade e da execução contratual.

4.2. A Contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, priorizando soluções que promovam o uso racional de recursos naturais, a redução da geração de resíduos e a destinação ambientalmente adequada dos materiais resultantes das atividades relacionadas ao objeto contratual, tais como óleos lubrificantes usados, filtros, embalagens e demais resíduos correlatos.

4.3. Sempre que aplicável, deverão ser priorizados estabelecimentos credenciados que adotem práticas sustentáveis, em especial aquelas voltadas ao descarte correto de resíduos, à logística reversa e à conformidade com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

## **Indicação de marcas ou modelos**

4.4. Na presente contratação não será admitida a indicação prévia de marcas, fabricantes ou modelos específicos, sendo aceita a oferta de quaisquer soluções, equipamentos, sistemas, insumos e produtos que atendam integralmente às especificações técnicas, operacionais, ambientais e funcionais estabelecidas neste Termo de Referência, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.1. A eventual indicação de marca, modelo ou fabricante em documentos técnicos, normas, manuais ou exemplos constantes do processo administrativo terá caráter meramente referencial, não implicando direcionamento ou restrição à competitividade.

## **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.5. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 139.00012988/2026-03 e das análises técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, a Administração não aceitará, na execução do contrato, a utilização de produtos, insumos, equipamentos, sistemas ou soluções que:

4.5.1. Não atendam às normas técnicas, regulatórias, ambientais ou de qualidade aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro e pelos órgãos ambientais competentes;

4.5.2. Apresentem histórico comprovado de não conformidade, adulteração, falhas recorrentes, interrupções operacionais, riscos à segurança dos veículos, prejuízos à Administração ou descumprimento contratual em contratações anteriores no âmbito da Administração Pública;

4.5.3. Não possuam comprovação de origem, rastreabilidade, regularidade fiscal, ambiental ou técnica, ou que estejam associados a práticas irregulares, ilícitas ou incompatíveis com as exigências deste Termo de Referência.

## **Da exigência de carta de solidariedade**

4.6. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.7. Nos casos em que a Contratada atue na condição de revendedora, distribuidora, integradora ou intermediária de soluções tecnológicas, equipamentos, dispositivos de identificação veicular, sistemas informatizados, insumos ou reagentes utilizados na execução contratual, poderá ser exigida carta de solidariedade emitida pelo respectivo fabricante ou desenvolvedor, assegurando a continuidade do fornecimento, o suporte técnico, a compatibilidade tecnológica e a plena execução do contrato durante toda a sua vigência.

4.7.1. A carta de solidariedade deverá conter, no mínimo, a identificação do fabricante, do produto ou solução, da empresa contratada, a declaração expressa de corresponsabilidade quanto ao fornecimento, suporte e garantia, bem como a vigência compatível com o prazo contratual.

## **Garantia da contratação**

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.9. O percentual da garantia contratual será definido no instrumento convocatório e no contrato, observando-se a compatibilidade com os riscos da contratação e os limites previstos na legislação vigente.

4.10. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar a garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

4.10.1. **Caução em dinheiro:** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

4.10.2. **Caução em títulos da dívida pública:** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

4.10.3. **Fiança bancária:** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

4.10.4. **Seguro-garantia:** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

4.10.5. **Título de capitalização:** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.11. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.12. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### **Descrição dos Serviços**

5.2. O objeto desta contratação compreende exclusivamente a prestação de serviços de gerenciamento, intermediação e administração do abastecimento de combustíveis, não incluindo, em nenhuma hipótese, o fornecimento direto de combustíveis pela Contratada, os quais serão adquiridos diretamente pela Contratante junto aos postos credenciados.

5.3. A remuneração da Contratada limitar-se-á à Taxa de Administração contratada, vedada qualquer cobrança adicional, taxa, encargo, comissão ou ônus sobre os itens abastecidos/serviços prestados pelos postos credenciados, os quais serão faturados conforme o preço à vista de bomba e/ou o preço negociado diretamente pela Contratante com o estabelecimento, observado o registro e a rastreabilidade integral das transações no sistema.

5.3.1. Para fins de remuneração contratual, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor bruto total das transações efetivamente realizadas, registradas, autorizadas e validadas no sistema informatizado da Contratada, compreendendo, de forma integral, os gastos com combustíveis, reagente ARLA 32, óleos lubrificantes, filtros, fluido de freio, serviços de lavagem, abastecimento de geradores, frete e demais serviços correlatos previstos neste Termo de Referência.

5.3.2. A base de cálculo corresponderá ao montante financeiro mensal efetivamente gerenciado, intermediado e administrado pela Contratada, independentemente da natureza do produto ou serviço utilizado, vedada qualquer exclusão, segregação ou diferenciação não expressamente autorizada pela Contratante.

5.3.3. A apuração da base de cálculo será realizada exclusivamente com base nos registros do sistema, conciliados com os documentos fiscais.

5.3.4. Será admitida a apresentação de proposta com Taxa de Administração igual a zero (0%) ou negativa, hipótese em que a remuneração da Contratada decorrerá exclusivamente da eficiência operacional e da gestão da rede credenciada.

§1º. Na hipótese de Taxa de Administração negativa, o valor correspondente será obrigatoriamente aplicado como desconto direto sobre a fatura mensal de serviços de gerenciamento, reduzindo o montante a ser pago pela Contratante, vedada qualquer forma de compensação indireta.

§2º. A Taxa de Administração negativa não autoriza, em nenhuma hipótese, a cobrança de valores adicionais, encargos, margens, comissões, taxas de conveniência, bonificações, repasses financeiros ou qualquer outro mecanismo de recomposição econômica indireta.

§3º. A Contratada deverá manter, independentemente da Taxa ofertada, a plena execução de todas as obrigações técnicas, operacionais, tecnológicas, administrativas e de suporte previstas neste Termo de Referência, sendo vedada a redução da qualidade dos serviços.

5.3.5. É expressamente vedada à Contratada a obtenção de quaisquer receitas, vantagens econômicas, benefícios financeiros ou compensações indiretas, relacionadas à execução do contrato, além da Taxa de Administração contratada.

§1º. Fica proibida, em especial, a percepção, direta ou indireta, de valores a título de *cashback*, rebate, bonificação, comissão, intermediação financeira, taxa de conveniência, custo de credenciamento, mensalidade de plataforma, custo por emissão de relatórios, custo por TAG adicional, custo por treinamento, custo por atualização cadastral, custo por transação, repasses comerciais ou quaisquer mecanismos equivalentes.

§2º. É igualmente vedada a celebração de ajustes, contratos paralelos, acordos comerciais ou instrumentos similares entre a Contratada e os postos credenciados, fornecedores, parceiros tecnológicos ou terceiros, que tenham por finalidade a obtenção de receitas vinculadas direta ou indiretamente à execução deste contrato.

§3º. A constatação de qualquer prática vedada neste item caracterizará falta grave, ensejando glosa dos valores, aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

5.4. Abastecimento de Veículos e Equipamentos:

5.4.1 A prestação dos serviços de abastecimento deverá contemplar, no mínimo, os seguintes produtos, observadas as especificações técnicas, ambientais e operacionais aplicáveis:

5.4.1.1. Gasolina: destinada ao abastecimento de veículos movidos a gasolina, flex e equipamentos rodoviários leves, em conformidade com as especificações técnicas vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

5.4.1.2. Etanol: destinado ao abastecimento de veículos movidos a álcool e flex, atendendo às especificações técnicas vigentes da ANP;

5.4.1.3. Diesel: destinado ao abastecimento de veículos médios e pesados, conforme especificações técnicas da ANP;

5.4.1.4. Diesel S10: destinado ao abastecimento de veículos médios e pesados dotados de tecnologia de Redução Catalítica Seletiva – SCR, atendendo às especificações técnicas da ANP;

5.4.1.5. Reagente Líquido ARLA 32: reagente à base de ureia, de uso obrigatório em veículos a diesel dotados de tecnologia SCR, injetado no sistema de escapamento para redução de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx), devendo atender integralmente à norma técnica ABNT NBR ISO 22241 (todas as suas partes), às diretrizes dos órgãos ambientais competentes e às recomendações dos fabricantes dos veículos, equipamentos e do próprio reagente.

5.4.2. Quanto ao fornecimento e utilização do Reagente Líquido ARLA 32, a Contratada deverá assegurar que o produto seja proveniente de fabricante, distribuidor ou fornecedor com avaliação da conformidade no âmbito do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade, coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, quando aplicável, atendendo integralmente à norma técnica ABNT NBR ISO 22241, bem como às diretrizes dos órgãos ambientais competentes e às recomendações dos fabricantes dos veículos, equipamentos e do próprio reagente.

Parágrafo único: A Contratada deverá garantir a rastreabilidade do ARLA 32 utilizado, mantendo registros relativos ao fabricante, distribuidor, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, origem e posto responsável pelo fornecimento, bem como observar rigorosamente as orientações técnicas quanto ao armazenamento, transporte e manuseio, adotando mecanismos permanentes de controle, auditoria e verificação da qualidade, com vistas à prevenção de adulterações, contaminações ou desvios de conformidade, respondendo integralmente por quaisquer danos mecânicos, operacionais, ambientais ou financeiros decorrentes da utilização de produto fora das especificações técnicas, adulterado, contaminado ou em desacordo com as normas aplicáveis, incluindo custos de reparo, substituição de componentes, paralisação de veículos e demais prejuízos suportados pela Contratante.

5.4.3. Abastecimento de Geradores:

5.4.3.1. Diesel: destinado ao abastecimento de grupos geradores e demais equipamentos fixos ou estacionários instalados nas unidades administrativas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, preferencialmente mediante retirada direta em postos da rede credenciada, com utilização de recipientes apropriados, homologados e em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis;

5.4.3.2. Transporte: quando necessário, o deslocamento do combustível até os equipamentos será realizado, prioritariamente, por meios próprios da Administração, não caracterizando prestação de serviço de transporte pela Contratada.

5.4.3.3. O abastecimento de geradores e equipamentos fixos, inclusive por meio de recipientes homologados, não caracteriza fornecimento direto de combustíveis pela Contratada, cabendo a esta exclusivamente a gestão, intermediação e administração das operações, nos termos do objeto desta contratação.

5.4.3.4. A contratação de serviços específicos de transporte de combustível somente poderá ocorrer em situações excepcionais, devidamente justificadas, autorizadas pela Administração e formalizadas no processo administrativo, vedada sua utilização como prática rotineira.

5.4.4. Demais Serviços para a Frota de Veículos Automotores:

5.4.4.1. Óleo lubrificante: fornecimento e aplicação de óleo lubrificante compatível com as especificações técnicas recomendadas pelo fabricante do veículo;

5.4.4.2. Fluido de freio: fornecimento e aplicação de fluido de freio conforme especificações do fabricante do veículo;

5.4.4.3. Filtros:

5.4.4.3.1. Filtro de ar;

5.4.4.3.2. Filtro de óleo;

5.4.4.3.3. Filtro de combustível;

5.4.4.4. Serviços de lavagem: lavagem simples ou completa dos veículos automotores da frota, conforme necessidade da Contratante.

5.4.4.5. RACOR (separador de água e impurezas do combustível): fornecimento e substituição do elemento filtrante, quando aplicável, restrito à reposição operacional simples, não caracterizando serviço de manutenção preventiva ou corretiva, reparo mecânico, desmontagem de sistemas, diagnóstico técnico ou intervenção estrutural no veículo.

#### 5.4.5. Abrangência Geográfica e Governança da Rede Credenciada

5.4.5.1. A rede de postos credenciados deverá assegurar cobertura efetiva, contínua e operacionalmente adequada às atividades do DER/SP, abrangendo a Capital, as Coordenadorias Regionais, as bases operacionais, os municípios-base e os corredores rodoviários prioritários definidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

5.4.5.2. Na Capital, a rede credenciada deverá contar, no mínimo, com 05 (cinco) postos aptos à prestação de todos os serviços contratados, localizados em raio máximo de até 5 km (cinco quilômetros) da sede do DER/SP, situada na Avenida do Estado, nº 777, Bom Retiro, São Paulo/SP (Área Preferencial).

5.4.5.3. Considerando que os veículos constantemente se deslocam para diferentes regiões da cidade, além da obrigatoriedade de credenciamento de postos no raio previamente definido próximo à base operacional, serão solicitados, no mínimo, dois postos para cada uma das seguintes regiões: Zona Leste, Zona Oeste, Zona Norte e Zona Sul.

5.4.5.4. Em cada município sede de Coordenadoria Regional, Residência de Conservação ou base operacional do DER/SP, a rede credenciada deverá contar, sempre que houver oferta local compatível, com, no mínimo, 01 (um) posto localizado em raio máximo de até 5 km (cinco quilômetros) da respectiva unidade administrativa.

5.4.5.5. Nos municípios ou localidades com baixa densidade de oferta, características predominantemente rurais ou limitações estruturais comprovadas, o raio máximo referido no item anterior poderá ser ampliado para até 10 km (dez quilômetros), mediante justificativa técnica formal, registro no sistema e validação pela fiscalização contratual.

5.4.5.6. A rede credenciada deverá abranger, obrigatoriamente, os municípios-sede das Coordenadorias Regionais do DER/SP, contemplando, no mínimo:

- 5.4.5.6.1. Campinas;
- 5.4.5.6.2. Itapetininga;
- 5.4.5.6.3. Bauru;
- 5.4.5.6.4. Araraquara;
- 5.4.5.6.5. Cubatão;
- 5.4.5.6.6. Taubaté;
- 5.4.5.6.7. Assis;
- 5.4.5.6.8. Ribeirão Preto;
- 5.4.5.6.9. São José do Rio Preto;
- 5.4.5.6.10. Grande São Paulo;
- 5.4.5.6.11. Araçatuba;
- 5.4.5.6.12. Presidente Prudente;
- 5.4.5.6.13. Rio Claro; e
- 5.4.5.6.14. Barretos.

5.4.5.7. A Contratada deverá manter, no mínimo, 01 (um) posto credenciado a cada 100 km (cem quilômetros) ao longo dos corredores rodoviários prioritários definidos no Anexo I, assegurando cobertura compatível com a autonomia média da frota e a continuidade operacional.

5.4.5.8. Na Área Preferencial, a Contratada deverá assegurar, inicialmente, atendimento mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da demanda da unidade contratante, devendo atingir a plena cobertura no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

5.4.5.9. Os parâmetros mínimos de cobertura estabelecidos neste item têm por finalidade assegurar a eficiência operacional, a redução de deslocamentos improdutivos, a mitigação de riscos logísticos e a adequada prestação do serviço público, considerando a natureza descentralizada das atividades do DER/SP e a distribuição territorial da frota.

5.4.5.10. Para fins de objetividade, transparência e controle, a cobertura da rede credenciada deverá observar, adicionalmente, os polos administrativos, municípios-base e corredores logísticos prioritários definidos no Anexo 1, o qual integra este Termo de Referência para todos os efeitos.

5.4.5.11. A Contratada deverá assegurar, no início da execução contratual, rede mínima inicial compatível com os parâmetros estabelecidos neste item, devendo atingir a cobertura plena no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

5.4.5.12. Na hipótese de comprovada inexistência, insuficiência ou inviabilidade técnica de credenciamento em determinada localidade, trecho rodoviário ou eixo logístico, a Contratada poderá adotar solução alternativa temporária, mediante:

- 5.4.5.12.1. apresentação de justificativa técnica formal;

5.4.5.12.2. registro no sistema;

5.4.5.12.3. autorização prévia da fiscalização; e

5.4.5.12.4. apresentação de plano de regularização com cronograma definido.

Parágrafo único: As soluções alternativas não afastam a obrigação da Contratada de promover a adequação definitiva da rede nos prazos estabelecidos.

5.4.5.13. A Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, e manter atualizado trimestralmente, mapa georreferenciado da rede credenciada, contendo, no mínimo, a localização dos postos, distância em relação às bases operacionais, tipos de combustíveis e serviços disponíveis, horários de funcionamento e status de credenciamento.

5.4.5.14. Constatada insuficiência, precariedade, descontinuidade ou inadequação da rede credenciada em determinada localidade, base operacional ou corredor prioritário, a Contratada deverá providenciar a regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.4.5.15. Enquanto não sanada a insuficiência referida no item anterior, a utilização de postos não credenciados ou de procedimentos excepcionais deverá ser formalmente justificada, registrada no sistema e previamente autorizada pela fiscalização, nos termos deste Termo de Referência.

5.4.5.16. A Contratante poderá, a qualquer tempo, indicar estabelecimentos considerados estratégicos para avaliação de credenciamento, cabendo à Contratada analisar a viabilidade técnica e operacional e apresentar resposta fundamentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.4.5.17. A manutenção reiterada de rede credenciada insuficiente, inadequada ou incompatível com as necessidades operacionais caracterizará falha grave na execução contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no Edital e no contrato.

#### **Níveis de Acesso**

5.5. O sistema deverá possuir diferentes perfis de acesso, com níveis de permissão parametrizáveis, contemplando, no mínimo:

5.5.1. Administrador: acesso total às funcionalidades do sistema;

5.5.2. Usuário com perfil de consulta: acesso restrito à visualização das informações; e

5.5.3. Gestor: acesso limitado aos registros da unidade a que estiver vinculado, com permissões configuráveis conforme definição da Contratante.

5.5.4. As permissões atribuídas aos gestores deverão ser parametrizáveis, permitindo à Contratante definir, de forma individualizada, os níveis de edição, consulta e administração sobre cadastros, registros operacionais, relatórios e informações financeiras.

#### **Exportação de dados**

5.6. O sistema deverá permitir a exportação e o download das informações geradas em formatos abertos e amplamente utilizados, tais como TXT, PDF, XLS, XLSX, CSV e XML, observados critérios de padronização, formatação adequada de valores, datas e demais campos, bem como a possibilidade de layout e formatação conforme a necessidade da Contratante.

#### **Rede de Postos Credenciados**

5.7. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento, no mínimo, de segunda-feira a sábado das 07:00h às 20:00h. Deve haver, na Área Preferencial para Abastecimento, ao menos, 1 (um) posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

5.8. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade da CONTRATANTE deverá ser efetivado pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.

5.9. Os postos credenciados para as Unidades que possuam veículos das categorias caminhão, cavalo mecânico e equipamentos automotivos deverão contar em suas instalações com área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento ou unidade móvel de abastecimento.

5.10. As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao CONTRATANTE, via internet ou pelo sistema instalado pela CONTRATADA.

5.11. Cada condutor deverá ter sua identificação validada por credencial individual (senha pessoal, token, biometria ou mecanismo equivalente), no momento da execução de qualquer operação realizada na rede credenciada, sendo de responsabilidade da Contratada a solução técnica que identifique o condutor, registre o vínculo condutor-veículo-posto-transação e coíba, com agilidade e segurança e, se for o caso, aplicar bloqueios e alertas automáticos de tentativas de utilização não autorizada.



5.11.1. A Contratada deverá manter trilha de auditoria por transação contendo, no mínimo: data e hora, CNPJ e endereço do posto, identificação do veículo, identificação do condutor/usuário, tipo de combustível/serviço, quantidade, valor unitário e total, hodômetro/horímetro informado e status da autorização (aprovada/negada/contingência).

5.11.2. O sistema deverá possuir mecanismos de controle e antifraude com capacidade de parametrização pela Contratante, contemplando, no mínimo:

- 5.11.2.1. bloqueio por tipo de combustível divergente do cadastro do veículo/equipamento;
- 5.11.2.2. bloqueio por volume superior à capacidade do tanque/reservatório cadastrada (admitida tolerância parametrizável);
- 5.11.2.3. bloqueio por intervalo mínimo entre abastecimentos e por limite de litros por transação e por período;
- 5.11.2.4. bloqueio por divergência relevante de hodômetro/horímetro (variação fora de faixa parametrizável) e por inconsistência de consumo médio;
- 5.11.2.5. bloqueio por abastecimento em horários/dias não autorizados, quando parametrizado; e
- 5.11.2.6. registro e alerta para abastecimentos fora de área/rota autorizada, quando aplicável.

5.12. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

5.12.1. Eventuais inadimplências, glosas, penalidades ou irregularidades decorrentes da relação entre a Contratada e os postos credenciados não poderão, em nenhuma hipótese, ser transferidas à Contratante.

#### **Sistema de Abastecimento:**

5.13. A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados contendo os seguintes dados:

- 5.13.1. Tipo da frota (própria, locada ou convênio);
- 5.13.2. Prefixo;
- 5.13.3. Placas;
- 5.13.4. Marca;
- 5.13.5. Modelo;
- 5.13.6. Chassi;
- 5.13.7. Tipo de combustível;
- 5.13.8. Ano de fabricação do veículo;
- 5.13.9. Lotação (Unidade e código do centro de custo, se houver);
- 5.13.10. Capacidade do tanque;
- 5.13.11. Hodômetro;
- 5.13.12. Nome, registro funcional e Unidade dos condutores; e
- 5.13.13. Local operacional da frota.

5.14. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, bem como os demais serviços utilizados.

5.15. O sistema deverá utilizar dispositivos de identificação veicular do tipo TAG, etiqueta autoadesiva ou tecnologia equivalente, tais como RFID, NFC ou similares, destinados à identificação dos veículos e equipamentos da frota, garantindo rastreabilidade, segurança das informações e confiabilidade das transações realizadas.

5.15.1. A referência às tecnologias RFID, NFC ou similares não caracteriza direcionamento tecnológico, admitindo-se soluções equivalentes, desde que atendam integralmente às funcionalidades exigidas neste Termo de Referência, assegurando rastreabilidade, segurança da informação, confiabilidade das transações e compatibilidade com os sistemas utilizados pela Contratante. A adoção de tecnologias equivalentes deverá ser devidamente comprovada pela Contratada, demonstrando atendimento integral às funcionalidades exigidas, sem prejuízo da interoperabilidade com os sistemas utilizados pela Contratante.

5.16. Cada condutor deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como identifique as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

5.17. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma *on-line* e instantânea.

5.18. O sistema deverá permitir para cada veículo um limite de crédito, determinado pela Contratante o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo. Os abastecimentos e uso de serviços realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

5.19. O sistema deverá permitir, para cada veículo/equipamento e para cada tipo de combustível/serviço, a definição de limite de preço unitário máximo, parametrizável pela Contratante. Em nenhuma hipótese será admitida transação com preço unitário superior ao limite parametrizado, salvo autorização eletrônica expressa do Gestor do Contrato, registrada e rastreável no sistema.

5.19.1. Para fins de faturamento e auditoria, os valores de combustíveis e ARLA 32 deverão corresponder ao preço “à vista de bomba” praticado pelo posto credenciado no momento da transação, comprovado por documento fiscal idôneo (cupom/NF-e) e pelo registro eletrônico do sistema, ressalvada a hipótese de preço negociado formalmente pela Contratante com o posto, conforme item 5.36.

5.19.2. É vedada a cobrança de quaisquer taxas adicionais, sobretaxas, “taxa de conveniência”, ágio, arredondamentos, margens, comissões ou encargos de qualquer natureza sobre combustíveis e serviços correlatos, exceto a Taxa de Administração contratada, prevista no item 7.4.2.2.

5.20. A rede de postos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações com tecnologia RFID, NFC, ou tecnologias similares dos usuários do sistema;

5.21. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

5.21.1. Identificação do posto (nome e endereço);

5.21.2. Identificação do veículo (placa);

5.21.3. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

5.21.4. Tipo de Combustível e/ou serviço utilizado;

5.21.5. A data e hora da Transação;

5.21.6. Quantidade em litros;

5.21.7. Valor da operação;

5.21.8. Identificação do Condutor (Nome e registro).

5.22. Nos casos de deslocamento para localidades sem postos credenciados ou em situações excepcionais devidamente justificadas, o sistema deverá permitir procedimento de contingência/registro excepcional com autorização prévia (ou convalidação formal, em prazo definido em contrato), anexação do comprovante fiscal e identificação do responsável pela autorização, de modo a garantir rastreabilidade e auditoria.

5.23. O software de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os RFID, NFC, ou tecnologias similares da CONTRATADA, compreendem, no mínimo:

5.23.1. registro informatizado dos dados de abastecimento e disponíveis para consulta via internet, no momento que efetuar a operação;

5.23.2. emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;

5.23.3. parametrização dos cartões/TAG ou similar com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo no mínimo as seguintes restrições:

5.23.3.1. para a frota: preço unitário limite por litro, quantidade mensal de litros;

5.23.3.2. para veículo: tipo de combustível, limite de crédito em Reais por transação e em Reais/mês;

5.23.3.3. para o posto: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos penalizados com suspensão do cadastro de ICMS junto a Fazenda Estadual. A consulta dos postos penalizados pode ser feita através do endereço eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>;

5.23.3.4. para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.

5.23.4. o cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de TAGs/cartão;

5.23.5. identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal;

5.23.6. os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para cada base operacional sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

5.23.7. O sistema deverá permitir a exportação e o download das informações geradas em formatos abertos e amplamente utilizados, tais como TXT, PDF, XLS, XLSX, CSV e XML, observados critérios de padronização, formatação adequada de valores, datas e demais campos, bem como a possibilidade de *layout* e formatação conforme a necessidade da Contratante, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

5.23.7.1. nome, endereço e CNPJ completo do posto credenciado;

5.23.7.2. data do abastecimento;

5.23.7.3. quilometragem no momento do abastecimento;

5.23.7.4. tipo de combustível;

5.23.7.5. valor total do abastecimento;

5.23.7.6. valor unitário do abastecimento por litro;

5.23.7.7. quantidade de litros;

5.23.7.8. identificação do veículo;

5.23.7.9. natureza de outros serviços utilizados;

5.23.7.10. valor unitário do serviço utilizado; e,

5.23.7.11. valor total do serviço utilizado.

5.23.8. o fornecimento para a CONTRATADA do cadastro dos postos credenciados para a migração dos dados ao sistema da CONTRATANTE, com as seguintes informações:

5.23.8.1. Nome Fantasia;

5.23.8.2. Razão Social;

5.23.8.3. CNPJ;

5.23.8.4. Inscrição Estadual;

5.23.8.5. Endereço;

5.23.8.6. Bairro;

5.23.8.7. Cidade;

5.23.8.8. Telefone;

5.23.8.9. *E-mail*;

5.23.8.10. Contato; e

5.23.8.11. CEP.

5.23.9. Garantia da segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

5.24. A Contratada deverá assegurar que o tratamento de dados pessoais eventualmente coletados ou tratados em razão da execução contratual observe integralmente as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou vazamento.

5.24.1. O sistema informatizado deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

5.24.1.1. Cadastro e gerenciamento de veículos, condutores e usuários, com definição de perfis e níveis de acesso;

5.24.1.2. Parametrização de regras de abastecimento, incluindo limites financeiros, tipo de combustível, tempo mínimo entre abastecimentos, controle por hodômetro ou horímetro e bloqueios automáticos;

5.24.1.3. Registro e rastreabilidade integral das transações realizadas;

5.24.1.4. Controle de segurança, com identificação do usuário e do condutor em cada operação; e

5.24.1.5. Geração de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros, conforme as necessidades da Contratante.

5.24.2. Para fins de LGPD, a Contratante será a Controladora dos dados e a Contratada atuará como Operadora, devendo:

5.24.3. manter controles de acesso e logs;

5.24.4. notificar incidentes de segurança em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento do evento, com plano de resposta; e

5.24.5. garantir que suboperadores (se houver) observem as mesmas obrigações, sem prejuízo da vedação de subcontratação do objeto.

## **Relatórios**

5.25. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao Software de Gestão de Abastecimento compatível ao modelo definido pela CONTRATANTE.

5.26. A CONTRATANTE deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Abastecimento a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

5.27. A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, plataforma digital de gestão do abastecimento acessível via navegador web e por meio de aplicativo móvel compatível com os sistemas Android e iOS, permitindo, no mínimo, consulta, autorização, bloqueio, acompanhamento de transações, emissão de relatórios e comunicação de ocorrências.

5.27.1. A plataforma deverá possuir disponibilidade mínima mensal (uptime) de 99% (noventa e nove por cento), ressalvadas manutenções programadas previamente comunicadas à Contratante.

5.27.2. A Contratada deverá manter central de suporte técnico com atendimento humano ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), por telefone e meio eletrônico, destinada ao registro, acompanhamento e solução de incidentes.

5.27.3. O suporte técnico deverá observar, no mínimo, os seguintes prazos máximos:

5.27.3.1. Incidentes críticos (sistema indisponível, bloqueio geral, falha de autorização): resposta em até 30 (trinta) minutos e solução em até 4 (quatro) horas;

5.27.3.2. Incidentes relevantes (falhas parciais, lentidão, erro em relatórios): resposta em até 2 (duas) horas e solução em até 24 (vinte e quatro) horas;

5.27.3.3. Demandas operacionais e ajustes cadastrais: resposta em até 1 (um) dia útil e solução em até 3 (três) dias úteis.

5.27.4. A Contratada deverá manter sistema eletrônico de registro de chamados, com histórico, classificação, prazos, responsável e status, acessível à fiscalização.

## **5.28. Localização de Postos Credenciados**

5.28.1. A plataforma digital, tanto na versão web quanto no aplicativo móvel, deverá disponibilizar funcionalidade de geolocalização e busca de postos credenciados, permitindo ao usuário identificar, em tempo real, os estabelecimentos mais próximos de sua localização, com indicação, no mínimo, de endereço, distância aproximada, tipo de combustível/serviço disponível, horário de funcionamento e status de credenciamento.

5.28.2. A funcionalidade deverá permitir filtros por tipo de combustível, tipo de serviço, horário de atendimento (inclusive 24h) e área geográfica, bem como integração com sistemas de navegação ou mapas digitais.

5.28.3. As informações sobre a rede credenciada deverão ser atualizadas automaticamente, em tempo real ou em periodicidade máxima diária, sendo de responsabilidade da Contratada assegurar sua fidedignidade e disponibilidade.

5.29. O descumprimento reiterado dos níveis de serviço previstos neste item caracterizará falha grave na execução contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no Edital e no contrato.

5.30. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

5.30.1. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa e centro de custo, se houver;

5.30.2. Histórico das operações realizadas pela frota contendo:

5.30.2.1. Data;

5.30.2.2. Hora;

5.30.2.3. Identificação do estabelecimento;

5.30.2.4. Identificação do condutor;

5.30.2.5. Identificação do veículo (placa);

5.30.2.6. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

5.30.2.7. Tipo de combustível;

5.30.2.8. Quantidade em litros adquiridos;

5.30.2.9. Valor unitário por tipo de combustível;

5.30.2.10. Valor total da operação em Reais; e

5.30.2.11. Tipo e valor do serviço utilizado.

5.30.3. Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;

5.30.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela CONTRATANTE;

5.30.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

5.30.6. Quinzenalmente informar os preços históricos unitários em R\$/L contratados na última quinzena por tipo de combustível ordenados do menor valor para o maior (ordem decrescente de valor) com respectivo nome do posto e por região;

5.30.7. Volume de litros, de gastos por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;

5.30.8. Indicação dos desvios de média de consumo do veículo, tipo de combustível, entre outros.

5.30.9. Despesas realizadas por base operacional e Unidade, quando for o caso.

5.30.10. Desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.

5.31. O sistema deverá possibilitar a geração de relatórios de desempenho ambiental, incluindo estimativas de emissões de CO<sub>2</sub>, com base nos registros de consumo de combustíveis da frota, de modo a subsidiar ações de gestão, controle e sustentabilidade.

## Implantação

5.32. A CONTRATADA deverá implantar o sistema na base operacional do Contratante no prazo máximo estabelecido pelo Contratante, contado a partir da data da assinatura do contrato, conforme cronograma definido a seguir:

### Cronograma de Implantação

Atividades		Prazo máximo (em dias)				
		10 dias	20 dias	30 dias	40 dias	50 dias
Cadastramento de veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão do Contratado	Assinatura do Contrato	10 dias				
Confeção e fornecimento dos cartões individuais			15 dias			
Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados		30 dias				
Treinamento dos condutores e gestores das subfrotas		30 dias				
Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade das bases operacionais		30 dias				

5.33. O processo de implantação do Sistema pela CONTRATADA compreende as seguintes atividades:

5.33.1. Cadastramento dos veículos;

5.33.2. Cadastramento dos usuários;

5.33.3. Definição da logística da rede de postos credenciados;

5.33.4. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;

5.33.5. Fornecimento à CONTRATANTE dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;

5.33.6. Treinamento dos condutores e gestores; e

5.33.7. Fornecimento de cartões/TAGs ou similar dos veículos.

### **Treinamento de Condutores e Gestores**

5.34. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, programa estruturado, contínuo e atualizado de capacitação dos usuários do sistema, abrangendo todos os condutores, gestores, fiscais e demais servidores e colaboradores envolvidos na operação, gestão, fiscalização e controle da frota, contemplando, no mínimo, 04 (quatro) servidores e colaboradores da Sede e 01 (um) servidor ou colaborador por cada Coordenadoria Regional, observado o seguinte:

5.34.1. realização de treinamento inicial obrigatório por ocasião da implantação do sistema, previamente ao início efetivo da operação;

5.34.2. promoção de capacitações periódicas de reciclagem, no mínimo anuais, bem como sempre que houver atualização relevante do sistema, alteração de funcionalidades ou ingresso de novos usuários;

5.34.3. oferta de conteúdos segmentados por perfil funcional, observadas as atribuições específicas de condutores, gestores, administradores e responsáveis pela fiscalização;

5.34.4. o programa de capacitação deverá, obrigatoriamente, abranger, no mínimo:

5.34.4.1. operações de cadastramento, parametrização dos cartões/TAGs ou dispositivos equivalentes e definição de limites de crédito;

5.34.4.2. detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão, emissão, interpretação e exportação de relatórios;

5.34.4.3. informações relativas a eventuais falhas operacionais, inconsistências sistêmicas e providências necessárias para sua correção;

5.34.4.4. aplicação prática do sistema, com simulações supervisionadas; e

5.34.4.5. outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta, segura e eficiente utilização do sistema;

5.34.5. realização de atividades práticas supervisionadas, com simulações de uso real do sistema, visando à consolidação do aprendizado;

5.34.6. fornecimento de material didático atualizado, em formato físico e/ou digital, incluindo manuais, guias operacionais, tutoriais e conteúdos audiovisuais, de acesso permanente aos usuários;

5.34.7. disponibilização de canal permanente de apoio técnico-pedagógico para esclarecimento de dúvidas relacionadas à utilização do sistema;

5.34.8. registro formal das capacitações realizadas, com controle de participação, listas de presença, relatórios e, quando aplicável, certificação dos usuários capacitados.

§ 1º As ações de capacitação deverão ser realizadas preferencialmente de forma presencial ou híbrida, admitida a modalidade remota, desde que assegurada a efetividade do treinamento e a adequada assimilação dos conteúdos.

§ 2º A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, relatório consolidado das atividades de capacitação realizadas, contendo cronograma, conteúdos ministrados, quantitativo de participantes, público atendido e resultados obtidos.

### **Preços dos Combustíveis e Demais Serviços Operacionais**

5.35. A Contratada disponibilizará, via internet ou outro meio eletrônico, informações quinzenais dos preços históricos dos consumos praticados nos postos que abasteceram a frota, em reais (R\$), por tipo de combustível, ordenados por município e por valor em ordem crescente, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço.

5.36. O Contratante estabelecerá como parâmetro restritivo para utilização da TAG o limite do preço unitário médio mensal consolidado do mês imediatamente anterior ao da efetivação do abastecimento, por município, onde estiver instalada a base operacional da frota, com base nas informações divulgadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para fins de controle, auditoria e monitoramento dos gastos.

§1º. Excepcionalmente, na inexistência, indisponibilidade ou inadequação dos dados divulgados pela ANP para determinada localidade ou período, poderá ser adotada outra fonte pública oficial ou pesquisa de mercado específica, desde que previamente justificada, documentada e formalizada nos autos do processo administrativo.

§2º. A fonte utilizada, a metodologia adotada e os parâmetros aplicados deverão constar expressamente dos relatórios de fiscalização, controle e gestão contratual.

§3º. O parâmetro definido neste item não afasta a obrigação de faturamento pelo preço à vista de bomba (item 5.19.1) ou pelo preço formalmente negociado pela Contratante com o posto credenciado (item 5.36), quando aplicável.

5.37. Em relação aos serviços complementares, o Contratante efetuará pesquisa de mercado a fim de obter referências de preços que constituirão limite para a utilização do cartão. A pesquisa de mercado será realizada pelo Contratante com observância dos seguintes parâmetros:

5.37.1. Consulta a estabelecimentos que produzam, comercializem ou prestem os serviços conforme a natureza do item relacionado;

5.37.2. Elaboração de pesquisa que seja válida para a região de abrangência;

5.37.3. Observância das diretrizes do Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023; e

5.37.4. Atualização da pesquisa com a periodicidade definida pelo Contratante, observando a validade dos preços de referência

5.38. O sistema deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter a redução do preço de bomba dos combustíveis nas Áreas Preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa; e

5.39. Os valores dos combustíveis e serviços adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba (item 5.19.1) e/ou do preço negociado diretamente pela Contratante com o posto credenciado, desde que a negociação esteja formalizada por instrumento escrito/registro eletrônico idôneo, com vigência, localidade, produto, preço e identificação do estabelecimento, devendo a Contratada refletir integralmente o preço negociado no sistema e na fatura.

5.40. A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, sempre que solicitado e/ou por amostragem definida pela fiscalização, os documentos fiscais correspondentes às transações (cupom/NF-e), de forma a permitir conferência cruzada entre: sistema, comprovante da transação e documento fiscal, sob pena de glosa da transação e aplicação de sanções.

#### **Segurança no Fornecimento**

5.41. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões/TAGs ou similar dos veículos e da ocorrência de situações adversas como falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente, que consiste na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da CONTRATANTE.

5.42. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita à CONTRATANTE o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

#### **Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

5.43. Para a Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, cabe a Contratada:

5.43.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente, em conformidade com as especificações técnicas;

5.43.2. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrente do abastecimento de combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;

5.43.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;

5.43.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

5.43.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;

5.43.6. Designar preposto para representar a Contratada na execução do contrato;

- 5.43.7. Fornecer gratuitamente as TAGs, cartões, ou similar para cada veículo cadastrado e informado pelo Contratante, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do Contratante;
- 5.43.8. Ministrar treinamento objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema;
- 5.43.9. Credenciar somente postos que não estejam relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005, e da Portaria CAT nº 02, de 2011, da Secretaria da Fazenda;
- 5.43.10. Descredenciar os postos que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS, relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005, e da Portaria CAT nº 02, de 2011, da Secretaria da Fazenda;
- 5.43.11. Não credenciar e/ou descredenciar o posto de abastecimento de combustível que estiver sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);
- 5.43.12. Comunicar ao Contratante quando da transferência, retirada e/ou substituição de postos credenciados;
- 5.43.13. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 5.43.14. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- 5.43.15. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que, porventura, possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
- 5.43.16. Comparecer, sempre que convocado, ao local designado pelo Contratante, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados.
- 5.43.17. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços (como nas atividades de apoio e supervisão) movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, preferencialmente etanol ou Gás Natural Veicular (GNV), visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera.
- 5.43.18. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados.
- 5.43.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 5.43.20. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, por meio do preposto formalmente indicado, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação.
- 5.43.21. Fornecer todos os equipamentos periféricos necessários à plena operação do sistema, conforme a solução tecnológica adotada, bem como proceder à sua substituição sempre que necessário, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 5.43.22. Fornecer etiquetas, TAGs ou cartões de controle para cada veículo ou equipamento operacional da frota, com validade indeterminada, inclusive nos casos de extravio, substituição ou incorporação de novos veículos, bem como disponibilizar dispositivos coringa para utilização em situações de contingência, quando da impossibilidade de uso da TAG ou cartões, sem custo adicional para a Administração.
- 5.43.23. Disponibilizar mensalmente ao DER/SP relação atualizada dos postos integrantes da rede credenciada, contendo, no mínimo, nome fantasia, razão social, CNPJ, inscrição estadual, endereço completo e telefone, por meio de sistema ou aplicativo eletrônico de acesso aos usuários.
- 5.43.24. Manter equipe técnica disponível para a prestação de suporte técnico e atendimento às demandas decorrentes da execução contratual, durante toda a vigência do contrato, por meio de canais como telefone, correio eletrônico, videoconferência ou reuniões presenciais, sempre que necessário.

#### **Obrigações e Responsabilidades da Contratante**

5.44. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da Contratante:

- 5.44.1. Fornecer à Contratada, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado de veículos, condutores e centros de custo, se houver;



5.44.2. Identificar todos os veículos tipo "flex" como consumidores exclusivos de etanol, ressalvo o disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto Estadual nº 59.038, de 2013;

5.44.3. Expedir autorização de serviços em conformidade com o cronograma de implantação estabelecido no Termo de Referência;

5.44.4. Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) para acompanhamento da execução contratual;

5.44.5. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor(es) especialmente designado(s), verificando se, no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos serviços e especificações previstos no Edital, no Termo de Referência, na proposta e no contrato de forma satisfatória, documentando as ocorrências;

5.44.6. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

5.44.7. Prestar a Contratada e a seus representantes e profissionais todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

5.44.8. Convocar a Contratada para reuniões, sempre que necessário;

5.44.9. Responsabilizar-se pelo recolhimento do comprovante de abastecimento e/ou de serviço e da correspondente nota fiscal de cada transação efetuada;

5.44.10. Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela Contratada, no prazo pactuado, com observância da disciplina de medição e pagamento, comunicando a Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança;

5.44.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato.

#### **Da Segregação dos Objetos Contratuais**

5.45. A contratação dos serviços de abastecimento de combustíveis, fornecimento de óleos lubrificantes e realização de lavagem e higienização veicular possui natureza distinta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota.

5.46. Enquanto o primeiro objeto se refere a serviços rotineiros, operacionais e de apoio à utilização dos veículos oficiais, o segundo envolve atividades técnicas especializadas, tais como reparos mecânicos, elétricos, estruturais e fornecimento de peças, que demandam mão de obra qualificada, equipamentos específicos e gestão diferenciada.

5.47. Dessa forma, a segregação dos objetos contratuais visa assegurar maior eficiência administrativa, especialização dos prestadores, ampliação da competitividade e melhor relação custo-benefício para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência.

#### **Da Delimitação do Escopo Contratual**

5.48. Os serviços previstos neste Termo de Referência restringem-se exclusivamente ao gerenciamento, intermediação e autorização do abastecimento de combustíveis, fornecimento de insumos de consumo imediato (óleos, fluidos, filtros, elementos filtrantes e RACOR) e serviços de lavagem veicular, não abrangendo, sob nenhuma hipótese, a execução de serviços de manutenção preventiva ou corretiva, reparos mecânicos, elétricos, estruturais, fornecimento de peças permanentes ou quaisquer intervenções técnicas nos veículos, os quais serão objeto de contratação específica.

5.49. Os serviços de manutenção da frota serão objeto de contratação específica, mediante processo próprio, em observância à segregação de objetos e às boas práticas de gestão pública.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter os dados de contato de e-mail e telefone de seus prepostos sempre atualizados, no caso de precisar contatar alguém, facilitando as formas de contato, ajustes de procedimentos, resolução de eventuais intercorrências ao longo da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da contratada, hipóteses em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.19. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista por lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.20. O gestor do Contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.26. Sem prejuízo das atribuições dos fiscais e do gestor, a Contratada deverá disponibilizar, mensalmente, painel de indicadores e relatório de exceções contendo, no mínimo:

- 6.26.1. disponibilidade do sistema (uptime);
- 6.26.2. quantidade de transações por unidade e por tipo;
- 6.26.3. alertas antifraude gerados, classificados por criticidade, e providências adotadas;
- 6.26.4. mapa de cobertura da rede credenciada e eventuais lacunas; e
- 6.26.5. tempo médio de atendimento a chamados e ocorrências.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação, a medição, o faturamento e o pagamento dos serviços observarão o disposto nesta seção, estando condicionados à efetiva execução do objeto nos termos deste Termo de Referência.

7.1.1. Para fins de avaliação, medição, faturamento e pagamento, considera-se como serviço efetivamente prestado o conjunto integrado das atividades de gerenciamento, intermediação e administração do abastecimento e dos serviços correlatos, compreendendo, no mínimo:

- 7.1.1.1. a disponibilização, operação contínua e estabilidade do sistema informatizado;
- 7.1.1.2. a autorização, registro, controle e rastreabilidade das transações;
- 7.1.1.3. a administração, manutenção e atualização da rede credenciada;
- 7.1.1.4. o fornecimento, gestão e funcionamento dos dispositivos de identificação veicular (TAGs);
- 7.1.1.5. a geração, disponibilização e disponibilização de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros;
- 7.1.1.6. a prestação de suporte técnico e atendimento aos usuários;
- 7.1.1.7. a implementação e manutenção de mecanismos de controle, auditoria e prevenção a fraudes.

7.1.2. A medição e o pagamento dos serviços ficam condicionados à comprovação da regular execução dos elementos previstos no item anterior, em conformidade com os níveis mínimos de desempenho, qualidade, segurança e continuidade definidos neste Termo de Referência.

7.1.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, de forma proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.1.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou as executou em desacordo com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.3.3. deixou de utilizar os materiais, sistemas, recursos tecnológicos ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou em qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. O Contratante executará a medição dos serviços considerando a efetiva execução do objeto, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às parcelas não aceitas ou glosadas por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e no contrato.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, por período de apuração quinzenal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da apresentação, pelo Contratado, do relatório analítico previsto no item 7.4.1, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), após a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto estadual nº 68.220/2023.

7.3.1. A ausência, incompletude ou inconsistência do relatório previsto no item 7.4.1 suspende o início do prazo de recebimento provisório, até a regularização pelo Contratado.

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.1. Após o término de cada quinzena do mês, sendo a primeira correspondente ao período do 1º ao 15º dia e a segunda ao período do 16º ao último dia do mês, o Contratado deverá apresentar relatório analítico discriminando os abastecimentos e demais serviços realizados no período, com identificação por transação e respectivos documentos de suporte (comprovante da transação e referência ao documento fiscal do estabelecimento, quando aplicável);

7.4.2. Observadas as demais disposições deste item 7, os recebimentos do objeto, para efeito de pagamento, serão realizados de acordo também com as seguintes regras:

7.4.2.1. Após o término da quinzena em que foram prestados os serviços, o Contratado entregará relatório contendo os quantitativos totais quinzenais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados, contendo as seguintes informações:

7.4.2.1.1. Identificação do posto credenciado (nome e endereço);

7.4.2.1.2. Identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);

7.4.2.1.3. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço;

7.4.2.1.4. Tipo de combustível;

7.4.2.1.5. Tipo de serviço (troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços);

7.4.2.1.6. A data e hora da transação;

7.4.2.1.7. Quantidade de litros e/ou m3, quando houver abastecimento com GNV;

7.4.2.1.8. Valor da operação de abastecimento;

7.4.2.1.9. Valor da operação do serviço; e

7.4.2.1.10. Identificação do condutor (nome e registro funcional).

7.4.2.2. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

7.4.2.2.1. O Contratado deverá executar os serviços, objeto desta contratação, pela Taxa de Administração contratada, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;

7.4.2.2.2. A remuneração do Contratado será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo Contratante com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços na quinzena em referência constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pelo Contratante com o correspondente recebimento definitivo, conforme fórmula abaixo:

$$Pq = (1 + T/100) \times G, \text{ onde:}$$

“Pq” = valor total do pagamento relativo a uma determinada quinzena;

“T” = taxa de administração;

“G” = gastos incorridos pelo Contratante com o abastecimento e prestação de serviços da frota de veículos na quinzena;

7.4.2.3. A Taxa de Administração será a única forma de remuneração da Contratada pela prestação dos serviços de gerenciamento, não sendo admitida qualquer outra cobrança adicional, taxa, encargo ou percentual diverso do expressamente contratado.

7.4.2.4. Serão passíveis de glosa, total ou parcial, por transação, independentemente de outras sanções:

7.4.2.4.1. operações sem identificação do condutor/usuário;

7.4.2.4.2. operações sem registro de hodômetro/horímetro quando exigido;

7.4.2.4.3. operações com divergência de tipo de combustível;

7.4.2.4.4. operações sem rastreabilidade mínima (posto, data/hora, quantidade, valor unitário e total); e

7.4.2.4.5. operações em que a Contratada não disponibilize, quando exigido pela fiscalização, a comprovação fiscal idônea para conferência.

7.4.2.5. Havendo contestação de parte das transações do período, o pagamento deverá ocorrer pelo valor incontroverso, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, ficando a parcela controversa condicionada à conclusão da análise e saneamento, sem prejuízo de glosa e sanções.

7.5. Após o recebimento definitivo, os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou do negociado diretamente pelo Contratante com o posto credenciado.

7.6. A Contratada deverá encaminhar, juntamente com a fatura, planilha analítica nos moldes exigidos pela Administração contendo, no mínimo: razão social, CNPJ dos postos utilizados no período, discriminação dos valores por transação, valores de taxa de administração e, quando aplicável, os elementos necessários à verificação de retenções tributárias da Contratada.

#### **Do recebimento**

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade quinzenal e os parâmetros definidos no item 5.43 deste Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com entrega do último.

7.12.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.14.4. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023), e excetuado o prazo para liquidação em relação aos combustíveis, conforme especificado adiante.

7.18.1. O prazo de 10 (dez) dias úteis que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.2. Serão observadas, ainda, as seguintes disposições:

7.18.2.1. O Contratado deverá emitir notas fiscais/faturas separadamente referentes ao respectivo período quinzenal de execução dos serviços; a primeira detalhando o valor total dos combustíveis (etanol, gasolina, diesel e/ou gás natural veicular) e a segunda detalhando os óleos lubrificantes, filtros e demais serviços prestados à frota do Contratante, bem como o valor correspondente aos serviços de gerenciamento prestados no período.

7.18.2.2. O prazo para liquidação referente aos combustíveis será de 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devendo ser finalizada a liquidação anteriormente ao pagamento (art. 2º, parte final do inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c art. 1º do Decreto estadual nº 44.781, de 2000).

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.19.1. O prazo de validade;

7.19.2. A data da emissão;

7.19.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.19.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.19.5. O valor a pagar; e

7.19.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.23. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicafe.

#### **Prazo de pagamento**

7.27. O pagamento será efetuado no seguinte prazo:

7.27.1. referente aos combustíveis, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c art. 1º do Decreto estadual nº 44.781, de 2000; e

7.27.2. referente aos óleos lubrificantes, filtros e demais serviços, e ao valor correspondente aos serviços de gerenciamento, será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.29.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31.2. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.32. Não será admitida a antecipação de pagamento no âmbito desta contratação.

7.32.1. Os pagamentos à Contratada somente serão efetuados após a regular execução dos serviços, mediante prévia medição, atesto da fiscalização, recebimento provisório e definitivo, liquidação da despesa e demais verificações previstas neste Termo de Referência, no Edital, no contrato e na legislação aplicável.

7.32.2. A vedação à antecipação de pagamento decorre da natureza continuada dos serviços, da forma de remuneração por taxa de administração e da necessidade de controle, auditoria e validação prévia das operações realizadas.

7.32.3. É vedada a realização de qualquer pagamento sem a correspondente comprovação da efetiva execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e financeira.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRONICO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital], quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.21.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65 § 1º);

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Comprovação de capacidade técnico-operacional para execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, admitindo-se a somatória de atestados, conforme disposto neste item., fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar, no mínimo, a execução de serviços envolvendo:

8.23.1.1. gerenciamento informatizado de abastecimento de frota;

8.23.1.2. operação de rede credenciada de postos ou estabelecimentos equivalentes;

8.23.1.3. controle eletrônico de transações, faturamento e relatórios gerenciais; e

8.23.1.4. volume mínimo compatível com a dimensão operacional do objeto licitado.

8.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação do quantitativo, período mínimo de execução de serviços similares de 15 (quinze) meses, a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a contratos executados de forma concomitante.

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.23.4. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante, local da execução e demais documentos pertinentes.

#### **Outras comprovações**

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

8.24.1. Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual; e

8.24.2. Atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

- b) Finalidade do consórcio;
  - c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
  - d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
  - e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
  - f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
  - g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração; e
  - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;
- 8.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;
- 8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador; e
- 8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do valor da contratação

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 10.488.839,10 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

### Detalhamento dos Valores e Quantitativos

Item	Quantidade Mês	Quantidade 15 Meses	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Mês R\$	Valor 15 Meses R\$
<b>Combustíveis</b>						
Etanol	18.190,80	272.862,00	L	4,53	82.404,32	1.236.064,86
Gasolina	10.573,20	158.598,00	L	6,22	65.765,30	986.479,56
Diesel	22.723,20	340.848,00	L	6,08	138.157,06	2.072.355,84
Diesel S10	38.445,60	576.684,00	L	6,30	242.207,28	3.633.109,20
ARLA	150,00	2.250,00	L	4,42	663,00	9.945,00
<b>Filtros</b>						
Filtro De Ar - Leve	29	435	un.	66,38	1.925,02	28.875,30
Filtro De Ar - Pesado	33	495	un.	115,48	3.810,84	57.162,60
Filtro De Combustível - Leve	29	435	un.	42,49	1.232,21	18.483,15
Filtro De Combustível - Pesado	55	825	un.	157,85	8.681,75	130.226,25
Filtro De Óleo - Leve	29	435	un.	47,82	1.386,78	20.801,70
Filtro De Óleo - Pesado	50	750	un.	102,69	5.134,50	77.017,50
Filtro Racor	52	780	un.	321,60	16.723,20	250.848,00
<b>Óleos, Fluidos e Graxa</b>						
Óleo Lubrificante - Leve	130,50	1.957,50	L	51,24	6.686,82	100.302,30
Óleo Lubrificante - Pesado	538,30	8.074,50	L	76,25	41.045,38	615.680,63
Óleo De Câmbio - Leve	10,00	150	L	45,76	457,60	6.864,00
Óleo De Câmbio - Pesado	43,30	649,50	L	24,3	1.052,19	15.782,85
Óleo Diferencial - Leve	10,00	150,00	L	22,14	221,40	3.321,00
Óleo Diferencial - Pesado	267,30	4.009,50	L	24,30	6.495,39	97.430,85
Óleo Hidráulico - Leve	10,00	150,00	L	43,44	434,40	6.516,00
Óleo Hidráulico - Pesado	182,80	2.742,00	L	62,00	11.333,60	170.004,00
Fluido De Freio - Leve	19,30	289,5	L	27,71	534,80	8.022,05
Fluido De Freio - Pesado	26,30	394,50	L	34,69	912,35	13.685,21
Graxa	20,40	306,00	kg	32,88	670,75	10.061,25
<b>Lavagens</b>						
Lavagem Simples	676	10.140	un.	75,00	50.700,00	760.500,00
Lavagem Completa - Leve	29	435	un.	140,00	4.060,00	60.900,00
Lavagem Completa - Pesado	20	300	un.	328,00	6.560,00	98.400,00
<b>TOTAL</b>					<b>699.255,94</b>	<b>10.488.839,10</b>

Quadro Resumo de Quantitativos Estimados (Mensal e 15 meses)

Item	Unidade	Quantidade Média Mês	Quantidade Total 15 Meses
<b>Combustíveis</b>			
Etanol	L	18.190,80	272.862,00
Gasolina	L	10.573,20	158.598,00
Diesel	L	22.723,20	340.848,00
Diesel S10	L	38.445,60	576.684,00
Arla 32	L	150,00	2.250,00
<b>Filtros</b>			
Filtro de Ar - Leve	un.	29	435
Filtro de Ar - Pesado	un.	33	495
Filtro de Combustível - Leve	un.	29	435
Filtro de Combustível - Pesado	un.	55	825
Filtro de Óleo - Leve	un.	29	435
Filtro de Óleo - Pesado	un.	50	750
Filtro Racor	un.	52	780
<b>Óleos, Fluídos e Graxa</b>			
Óleo Lubrificante - Leve	L	130,50	1.957,50
Óleo Lubrificante - Pesado	L	538,30	8.074,50
Óleo Câmbio - Leve	L	10,00	150
Óleo Câmbio - Pesado	L	43,30	649,5
Óleo Diferencial - Leve	L	10,00	150
Óleo Diferencial - Pesado	L	267,30	4.009,50
Óleo Hidráulico - Leve	L	10,00	150
Óleo Hidráulico - Pesado	L	182,80	2.742,00
Fluido de Freio - Leve	L	19,30	289,5
Fluido de Freio - Pesado	L	26,30	394,5
Graxa - Pesado	Kg	20,40	306
<b>Lavagens</b>			
Lavagem Simples - Leve	un.	338	5.070,00
Lavagem Completa - Leve	un.	29	435
Lavagem Completa - Pesado	un.	20	300

9.2. O valor mensal estimado é de R\$ 699.255,94 (seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

9.2.1. A estimativa de custos foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em levantamento de mercado, análise de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública e informações disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, assegurando a compatibilidade com os preços praticados no mercado.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade:

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

V) Plano Interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**KARINA MARIA DE MELO**

Assistente Técnico III



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:57:15.*

**MARCELA LETICIA LOPES**

Coordenadora de Patrimônio



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:53:01.*



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.081/2026**

**ANEXO I.1**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER

**Estudo Técnico Preliminar 20/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 139.00012988/2026-03

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Administração Pública necessita, de forma contínua e regular, de bens e serviços essenciais à execução de suas atividades finalísticas, dentre os quais se destacam o abastecimento de combustíveis e a gestão operacional da frota de veículos automotores do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, composta atualmente por 538 (quinhentos e trinta e oito) veículos, indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições institucionais.

2.2. Considerando que o DER/SP possui frota distribuída em diversas unidades administrativas e coordenadorias regionais, geograficamente descentralizadas em todo o Estado de São Paulo, a contratação direta de fornecedores individuais de combustíveis e serviços correlatos mostra-se inviável do ponto de vista operacional, logístico e administrativo, especialmente em razão das distâncias, do tempo de deslocamento e da necessidade de atendimento contínuo às atividades do órgão.

2.3. A alternativa de fornecimento direto de combustíveis por meio de distribuidoras exigiria da Administração a implantação e manutenção de infraestrutura própria para armazenamento, incluindo tanques, bombas, pessoal especializado e a obtenção de licenças junto aos órgãos competentes, notadamente de caráter ambiental, o que acarretaria elevados custos operacionais e riscos administrativos.

2.4. Ademais, por se tratar de atividade potencialmente poluidora, a instalação e operação de tanques de armazenamento de combustíveis implicariam a assunção de passivo ambiental significativo ao longo do tempo, com impactos financeiros, ambientais e jurídicos indesejáveis para a Administração Pública.

2.5. Diante desse cenário, consolidou-se, no âmbito da Administração Pública, o modelo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, por meio da implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado, com utilização de dispositivos de identificação veicular e ampla rede credenciada de estabelecimentos fornecedores.

2.6. O modelo de gerenciamento do abastecimento de combustíveis encontra-se amplamente difundido e aceito pelos órgãos de controle e Tribunais de Contas, configurando-se como solução moderna, eficiente e aderente às boas práticas de gestão pública, especialmente quando associado a mecanismos de controle, rastreabilidade e transparência das operações.

2.7. Trata-se de modelo que se insere no conceito de quarteirização, como evolução da terceirização tradicional, no qual a Administração Pública, em vez de contratar diretamente o fornecimento de combustíveis junto a postos ou distribuidoras, contrata empresa especializada responsável pela gestão, intermediação e administração de uma rede credenciada, permanecendo a aquisição dos combustíveis a cargo dos estabelecimentos credenciados, sem caracterizar fornecimento direto pela contratada.

2.8. O mercado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis apresenta elevada competitividade, com a atuação de diversas empresas especializadas, operadoras de meios de pagamento e gestoras de frotas, o que favorece a ampla participação no certame e contribui para a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

2.9. A adoção desse modelo de contratação possibilita significativo aprimoramento da gestão das despesas relacionadas à frota, mediante a disponibilização de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros, bem como a definição de parâmetros de utilização, limites de consumo, regras de bloqueio e restrições específicas por veículo, condutor ou unidade administrativa.

2.10. O gerenciamento do abastecimento de combustíveis e dos serviços correlatos, tais como fornecimento de óleos lubrificantes, fluidos de freio, filtros (ar, óleo, combustível e separadores tipo Racor), reagentes para controle de emissões (Arla 32) e serviços de lavagem veicular, consolida-se como alternativa eficiente à aquisição direta desses insumos. Ressalta-se a rigorosa segregação em relação às intervenções técnicas mecânicas, elétricas ou estruturais, as quais, por configurarem manutenção corretiva ou reparos especializados, serão objeto de contratação específica, não integrando o escopo da presente contratação.

2.11. Outro benefício relevante do modelo adotado é a ampla capilaridade da rede credenciada, composta por postos de diferentes bandeiras e localizados em diversas regiões, permitindo ao gestor e aos usuários da frota optar pelos estabelecimentos que apresentem melhores condições de preço, localização e atendimento, em conformidade com as regras contratuais.

- 2.12. O uso de sistema informatizado e integrado, acessível via web e em tempo real, aliado à utilização de dispositivos eletrônicos de identificação veicular, tais como TAGs baseadas em tecnologias RFID, NFC ou outras soluções tecnológicas equivalentes, assegura maior segurança, confiabilidade e rastreabilidade das operações de abastecimento, contribuindo para a mitigação de riscos de fraudes, usos indevidos e inconsistências operacionais.
- 2.13. As soluções tecnológicas de identificação veicular adotadas no mercado, especialmente aquelas que permitem a vinculação do meio de autorização diretamente ao veículo, apresentam vantagens operacionais relevantes quando comparadas a modelos desacoplados do bem, na medida em que ampliam os mecanismos de controle, rastreabilidade e segurança das transações. Ressalta-se, contudo, que o presente Estudo Técnico Preliminar não promove direcionamento tecnológico, sendo admitidas soluções equivalentes que atendam integralmente aos requisitos funcionais, operacionais e de segurança definidos no Termo de Referência.
- 2.14. A adoção de parâmetros restritivos de preços, com vinculação aos valores médios divulgados por órgão oficial competente, contribui para mitigar riscos de sobrepreço, assegurando que os combustíveis e serviços sejam adquiridos por valores compatíveis com os praticados no mercado, preservando a economicidade da contratação.
- 2.15. A solução adotada apresenta-se mais vantajosa em comparação às alternativas avaliadas, por reduzir custos administrativos, eliminar a necessidade de infraestrutura própria, ampliar o controle das despesas e proporcionar maior transparência e eficiência na gestão da frota, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 2.16. A contratação pretendida alinha-se às diretrizes de modernização administrativa, eficiência, transparência e controle do gasto público, atendendo às necessidades atuais do DER/SP e contribuindo para a melhoria da gestão da frota, da qualidade dos serviços prestados e da proteção ao patrimônio público.
- 2.17. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, incluindo o fornecimento de insumos e reagentes (Arla 32), elementos filtrantes específicos (Racor) e serviços de higienização, pelo período de 15 (quinze) meses. Tal modelo apresenta-se como a solução técnica, econômica e operacionalmente mais adequada para garantir a continuidade das atividades finalísticas do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, assegurando o controle rigoroso dos gastos e a eficiência na gestão da frota. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.
- 2.17.1. O prazo inicial de 15 (quinze) meses também se justifica pela necessidade de estabilização operacional da solução, considerando o período de implantação do sistema, adaptação dos usuários e consolidação dos controles gerenciais, bem como pela compatibilização com o ciclo orçamentário e planejamento das contratações do órgão.
- 2.18. Para fins de seleção da proposta mais vantajosa, adota-se o critério de julgamento pelo menor preço, considerando a taxa de administração, por se tratar de parâmetro objetivo, mensurável e diretamente relacionado à natureza do objeto, permitindo a comparação clara entre as propostas e assegurando a economicidade da contratação.
- 2.19. O modo de disputa aberto mostra-se o mais adequado, por ampliar a competitividade, favorecer a participação de maior número de licitantes e possibilitar a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, em consonância com as características do mercado identificado no presente estudo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Patrimônio - CPA	Marcela Leticia Lopes

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:
- 4.1.1. A empresa Contratada deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços por meio da demonstração de que já executou, de forma contínua, serviços similares de administração e gerenciamento do abastecimento de frota veicular e serviços correlatos, por meio de sistema informatizado integrado, com utilização de dispositivos de identificação veicular (TAGs) baseados em tecnologia RFID, NFC ou outra tecnologia equivalente.
- 4.1.2. Para a adequada execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, por intermédio de rede credenciada, estrutura operacional compatível com a abrangência geográfica da frota, garantindo capilaridade suficiente para o abastecimento de combustíveis e a realização dos serviços correlatos, sem a necessidade de deslocamentos excessivos dos veículos.
- 4.1.3. A Contratada deverá disponibilizar sistema informatizado acessível via web, em tempo real, capaz de gerar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, destinados ao monitoramento do consumo de combustíveis, utilização dos serviços correlatos, desempenho dos veículos e controle das operações realizadas.



#### 4.1.4. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

4.1.4.1. Consideram-se serviços de natureza continuada aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a continuidade das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.1.4.2. Os serviços de implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, tais como fornecimento de óleos lubrificantes, fluidos de freio, reagentes (Arla 32), elementos filtrantes (incluindo tipo Racor) e serviços de lavagens, caracterizam-se como de natureza continuada, uma vez que são essenciais ao funcionamento regular da frota do DER/SP.

4.1.4.3. Além de sua natureza continuada, o objeto a ser contratado enquadra-se como serviço comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

#### 4.1.5. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.5.1. A Contratada deverá observar critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação, em consonância com a legislação ambiental vigente.

4.1.5.2. No âmbito ambiental, deverão ser priorizados, sempre que possível, estabelecimentos credenciados que adotem práticas adequadas de gestão de resíduos, descarte ambientalmente correto de óleos lubrificantes usados, embalagens pós-consumo e demais resíduos decorrentes das atividades relacionadas ao objeto da contratação, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e com as resoluções aplicáveis do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

#### 4.1.6. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

4.1.6.1. A vigência inicial do contrato será de 15 (quinze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.6.1.1. Considerando a natureza continuada do serviço, a necessidade de estabilidade operacional, a amortização dos custos de implantação do sistema e a obtenção de ganhos de eficiência administrativa ao longo do tempo.

#### 4.1.7. Soluções de mercado que atendam aos requisitos específicos:

4.1.7.1. Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar soluções de mercado aptas a atender às necessidades do DER/SP, especialmente no que se refere à implantação e operação de sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos.

4.1.7.2. Dentre as soluções avaliadas, verificou-se que a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, com utilização de rede credenciada, apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e de controle.

### **Requisitos Técnicos e Operacionais Esperados**

4.2. A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos e operacionais, considerados essenciais para o adequado atendimento das necessidades da Administração:

4.2.1. Disponibilização de sistema informatizado seguro, acessível via web, com funcionalidades de controle e gestão por veículo, condutor, estabelecimento credenciado e unidade administrativa, permitindo a geração de relatórios em tempo real e o acesso a histórico completo de utilização;

4.2.2. Possibilidade de integração do sistema com eventuais sistemas internos de controle logístico, administrativo ou financeiro da Administração, quando existentes, observadas as condições técnicas e de segurança da informação;

4.2.3. Disponibilização de funcionalidades de controle e prevenção de irregularidades, tais como definição de limites de valores ou volumes por veículo, bloqueios geográficos, parametrização de regras de uso e emissão de alertas automáticos para identificação de padrões anômalos de consumo;

4.2.4. Garantia de disponibilidade de atendimento técnico, manutenção evolutiva e corretiva do sistema, bem como suporte operacional compatível com a abrangência territorial da frota, durante toda a vigência contratual;

4.2.5. Definição de prazos adequados para ativação do sistema, capacitação dos usuários e transição do serviço atualmente utilizado para a nova solução, assegurando a continuidade das operações;

4.2.6. Possibilidade de expansão e atualização da rede credenciada de estabelecimentos, conforme necessidades futuras da Administração, sem prejuízo da continuidade dos serviços;

4.2.7. Garantia da continuidade da prestação dos serviços durante eventual transição entre contratos, de modo a não comprometer as atividades operacionais da frota;

4.2.8. Observância de padrões de qualidade dos combustíveis e dos insumos utilizados nos serviços correlatos, em conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais órgãos competentes;

4.2.9. Cumprimento da legislação ambiental vigente, incluindo a adoção de práticas adequadas de gestão de resíduos, logística reversa e destinação ambientalmente correta de óleos lubrificantes usados, filtros (lubrificantes, combustível e separadores) e embalagens pós-consumo, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

4.2.10. Definição de critérios de mensuração de desempenho do sistema e dos serviços prestados, tais como níveis mínimos de disponibilidade, tempo máximo para autorização de operações e índices aceitáveis de falhas;

4.2.11. Possibilidade de auditoria, rastreabilidade e transparência das informações geradas pelo sistema, assegurando o acesso aos dados necessários ao controle interno, externo e à fiscalização da execução contratual.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Com vistas à identificação da solução mais adequada para atendimento das necessidades do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, foi realizado levantamento de mercado, considerando contratações similares efetuadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como o histórico de contratações dessa natureza no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

5.2. A análise realizada demonstrou que é prática consolidada na Administração Pública a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado para o gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, por meio de rede credenciada de estabelecimentos, solução esta amplamente utilizada para a gestão de frotas de veículos oficiais.

5.3. No que se refere à disponibilidade de fornecedores, constatou-se a existência de número significativo de empresas aptas à prestação dos serviços objeto deste estudo, atuantes no mercado nacional, especializadas na administração e gerenciamento do abastecimento de frotas, o que evidencia a viabilidade da contratação e a existência de ambiente competitivo suficiente para a realização do certame.

5.4. O levantamento de mercado realizado indica, portanto, ampla oferta de soluções que atendem aos requisitos técnicos, operacionais e funcionais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, afastando a possibilidade de restrição à competitividade ou direcionamento da contratação.

5.5. Verificou-se, ainda, que o modelo de contratação pretendido pelo DER/SP é similar ao adotado por outros órgãos e entidades públicas, observadas as exigências legais, normativas e editalícias aplicáveis, reforçando a adequação da solução sob a ótica da legalidade e da economicidade.

5.6. Considerando que os serviços a serem contratados possuem natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, e que não foram identificadas peculiaridades técnicas ou grau de complexidade que justificassem a realização de audiência pública ou outro procedimento específico de consulta prévia, conclui-se pela desnecessidade de adoção de tais medidas.

5.7. Foram consideradas, ainda, as seguintes alternativas:

5.7.1. contratação direta de postos de combustíveis;

5.7.2. fornecimento por distribuidoras com estrutura própria; e

5.7.3. modelo descentralizado por unidades administrativas.

5.7.4. Tais alternativas foram afastadas em razão da menor eficiência operacional, maior complexidade administrativa, maior risco de descontrole de despesas e ausência de mecanismos integrados de gestão e rastreabilidade, mostrando-se a solução de gerenciamento por rede credenciada como a mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

5.8. Diante do exposto, conclui-se que a solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se atual, adequada ao problema apresentado, amplamente testada e aprovada no âmbito da Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e da competitividade.

### **Estimativa Preliminar de Custos**

5.9. A estimativa preliminar de custos da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante a composição de levantamento quantitativo detalhado das necessidades do DER/SP, baseado na análise do histórico de consumo da frota e das demandas operacionais do órgão, aliado à realização de ampla pesquisa de preços praticados no mercado.

5.9.1. A pesquisa de preços considerou dados extraídos de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive por meio de informações disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como registros públicos de preços praticados em contratações vigentes, de modo a assegurar a compatibilidade dos valores estimados com os parâmetros de mercado.

5.9.2. A metodologia adotada visa garantir a máxima fidedignidade dos custos estimados em relação à execução real do objeto, observando-se a natureza continuada do serviço, o modelo de gerenciamento proposto e os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência administrativa.

5.10. Considerando que o objeto da contratação consiste no gerenciamento e intermediação do abastecimento, os custos finais estão vinculados ao consumo efetivo da frota. Todavia, para fins de balizamento e reserva orçamentária, a definição dos preços de referência utilizou como base os valores médios de revenda praticados no Estado de São Paulo (apurados pela ANP) e consultas ao Painel de Preços do Portal Compras.gov.br (pelo critério da mediana) para lubrificantes e fluidos.

5.10.1. A utilização dos valores médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e dos dados do Painel de Preços teve como finalidade exclusiva o balizamento da estimativa preliminar de custos e da reserva orçamentária, não se configurando como regra operacional de faturamento da contratação.

5.10.2. No âmbito da execução contratual, os valores das operações deverão observar o preço à vista praticado no estabelecimento credenciado ou o preço eventualmente negociado pela Administração, admitida a adoção de mecanismos de controle sistêmico, tais como limites unitários parametrizáveis, regras de validação automática, auditoria das transações e demais travas operacionais previstas no Termo de Referência, com vistas à mitigação de riscos de sobrepreço e ao fortalecimento do controle das despesas.

5.11. No que tange aos filtros e elementos filtrantes, dada a alta heterogeneidade da frota, a estimativa foi balizada pela média dos registros de compras realizados nos últimos 6 meses. Tal metodologia permite que a estimativa global e referencial de consumo reflita com fidedignidade o comportamento real da frota e os parâmetros atuais de mercado.

5.12. Ressalta-se que a definição detalhada destes valores e o critério de remuneração da contratada (taxa de administração/desconto) estão em estrita conformidade com a legislação vigente, estando os custos unitários e totais consolidados na Memória de Cálculo que fundamenta este Estudo Técnico Preliminar e o respectivo Termo de Referência.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta para atendimento das necessidades do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP consiste na contratação de empresa especializada na implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado para o gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos da frota de veículos automotores.

6.1.1. Da Delimitação do Escopo da Solução, ressalte-se que a solução proposta compreende exclusivamente o gerenciamento, a intermediação e a administração do sistema de abastecimento de combustíveis e dos serviços correlatos, não se caracterizando, sob nenhuma hipótese, como fornecimento direto de combustíveis, insumos, peças ou materiais pela futura contratada.

6.2. Os combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos, filtros, ARLA 32 e demais insumos serão adquiridos diretamente junto aos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, cabendo à contratada apenas a gestão, o controle, a intermediação das transações e a disponibilização da solução tecnológica, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência.

6.2.1. Da Natureza dos Serviços de Reposição Operacional - os serviços relacionados ao fornecimento de óleos lubrificantes, fluidos, filtros e ARLA 32 restringem-se exclusivamente à reposição operacional simples, necessária à continuidade do uso regular dos veículos, não abrangendo, em nenhuma hipótese, serviços de manutenção preventiva programada ou corretiva, reparos mecânicos, elétricos ou estruturais, diagnósticos técnicos, desmontagens, ajustes ou substituição de componentes veiculares.

6.2.2. Os serviços de manutenção da frota, preventiva ou corretiva, constituem objeto distinto e serão contratados por meio de processo específico, em observância à segregação de objetos e às boas práticas de gestão pública.

6.3. O sistema a ser disponibilizado pela Contratada deverá ser acessível via web, em tempo real, permitindo o controle, o monitoramento, o registro e a rastreabilidade das operações de abastecimento de combustíveis e da utilização dos serviços correlatos, tais como fornecimento de óleos lubrificantes, fluidos de freio, filtros e serviços de lavagens, realizados em rede credenciada de estabelecimentos.

6.4. A identificação dos veículos deverá ocorrer por meio de dispositivos de identificação veicular do tipo TAG, baseados em tecnologia RFID, NFC ou outra tecnologia equivalente, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes que atendam integralmente às funcionalidades exigidas, sem prejuízo da segurança, da confiabilidade e da integridade das informações.

6.5. O sistema deverá possibilitar a identificação do condutor no momento da operação, mediante mecanismo de autenticação definido pela Contratada, assegurando a vinculação da transação ao veículo, ao usuário e à unidade administrativa correspondente, bem como a prevenção de utilizações não autorizadas.

6.6. A solução adotada deverá permitir a parametrização de regras de utilização, tais como limites de consumo, intervalos mínimos entre operações, tipos de combustíveis e serviços autorizados, bem como mecanismos de bloqueio e liberação, conforme definição da Administração.

6.7. A Contratada deverá disponibilizar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, extraídos do sistema informatizado, capazes de subsidiar a gestão da frota, o controle das despesas e a tomada de decisão administrativa, observadas as necessidades do DER/SP.

6.8. A execução da solução deverá ocorrer exclusivamente por meio de rede credenciada de postos de abastecimento, com cobertura compatível com a distribuição geográfica da frota do DER/SP, assegurando capilaridade suficiente para o atendimento das unidades administrativas e regionais.

6.9. A solução a ser contratada deverá assegurar o tratamento de dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), contemplando mecanismos de segurança da informação, registro de logs, trilha de auditoria por transação, rastreabilidade das operações e controles antifraude compatíveis com a criticidade do serviço.

6.10. Deverão ser previstos mecanismos de validação e bloqueio parametrizável, monitoramento de inconsistências, registro estruturado das transações e procedimentos para comunicação e tratamento de incidentes de segurança da informação, de modo a garantir a integridade, a confiabilidade e a auditabilidade das operações realizadas.

6.11. A solução proposta não contempla, sob nenhuma hipótese, a execução de serviços de manutenção preventiva ou corretiva, reparos mecânicos, elétricos ou estruturais, fornecimento de peças ou quaisquer intervenções técnicas nos veículos, os quais serão objeto de contratação específica, em observância à segregação de objetos contratuais.

6.12. Inclui o abastecimento de grupos geradores/equipamentos fixos, preferencialmente por retirada em posto com recipientes homologados; transporte por meios próprios; eventual transporte contratado apenas como exceção formal.

6.13. A solução proposta permite maior controle das despesas, padronização dos procedimentos operacionais, redução de riscos de fraudes e maior eficiência na gestão da frota, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **Aspectos Funcionais e Operacionais da Solução**

6.14. A solução proposta contempla a utilização de sistema informatizado e integrado, acessível via web e em tempo real, destinado ao gerenciamento das operações de abastecimento de combustíveis e serviços correlatos da frota do DER/SP, por meio de rede credenciada de postos.

6.15. O sistema deverá permitir a identificação dos veículos por meio de dispositivos eletrônicos de identificação veicular (TAG), bem como a autenticação dos condutores no momento das operações, assegurando rastreabilidade, segurança e controle das transações realizadas.

6.16. A solução deverá possibilitar a parametrização de regras de utilização, tais como limites de consumo, tipos de combustíveis e serviços autorizados, intervalos mínimos entre operações e mecanismos de bloqueio e liberação, conforme definições da Administração.

6.17. Deverá ser prevista a disponibilização de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, aptos a subsidiar o controle das despesas, o acompanhamento do consumo da frota e a tomada de decisão administrativa.

6.18. A solução deverá contemplar procedimentos de contingência para assegurar a continuidade dos serviços em situações excepcionais, tais como falhas de comunicação ou indisponibilidade temporária dos sistemas eletrônicos.

6.19. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento e suporte técnico, de forma a garantir a adequada operação do sistema e o atendimento às demandas da Administração durante a vigência contratual.

### **Da Rede de Estabelecimentos Credenciados**

6.20. A solução proposta contempla a utilização de rede credenciada de postos de abastecimento, a ser disponibilizada e gerenciada pela Contratada, com abrangência compatível com a distribuição geográfica da frota do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP.

6.21. A definição dos parâmetros mínimos de cobertura geográfica da rede credenciada decorre das características operacionais da frota do DER/SP, marcada por elevada descentralização territorial, múltiplas unidades administrativas e atuação contínua em rodovias distribuídas por todo o Estado. Portanto, a rede credenciada deverá assegurar capilaridade suficiente para atendimento das unidades administrativas e regionais do DER/SP, de modo a evitar deslocamentos excessivos dos veículos e a garantir a continuidade das atividades operacionais.

6.21.1. A exigência de capilaridade da rede visa reduzir deslocamentos improdutivos, otimizar o tempo operacional, assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos, atender situações de urgência operacional e garantir níveis adequados de segurança, disponibilidade e eficiência no abastecimento.

6.21.2. Para conferir objetividade e transparência aos critérios de cobertura, a definição dos polos administrativos, municípios-base e corredores logísticos prioritários será detalhada no Termo de Referência.

6.22. Caberá à Contratada a responsabilidade exclusiva pelo credenciamento, gestão e pagamento dos estabelecimentos integrantes da rede, não recaindo sobre a Contratante qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária pelas obrigações decorrentes dessas relações.

6.23. A rede credenciada deverá atender às normas técnicas e regulatórias aplicáveis à comercialização de combustíveis, incluindo aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, devendo a Contratada adotar providências para substituição de estabelecimentos eventualmente impedidos de operar.

6.24. Os critérios específicos de quantidade mínima de postos, prazos de credenciamento, áreas preferenciais, padrões de atendimento e demais condições operacionais da rede credenciada serão detalhados no Termo de Referência.

6.25. A solução proposta estrutura-se como modelo integrado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, baseado na utilização de sistema informatizado e rede credenciada, sem caracterizar fornecimento direto de insumos pela Contratada. O sistema permitirá o controle automatizado das operações por veículo, condutor, tipo de combustível e unidade administrativa, assegurando rastreabilidade, segurança das transações e transparência na aplicação dos recursos públicos.

6.26. A solução contempla o gerenciamento da utilização de combustíveis, do fornecimento de óleos lubrificantes, fluidos, filtros, agente redutor ARLA 32 e serviços de lavagem, observadas as especificações técnicas dos veículos e as normas regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e pela legislação ambiental vigente.

6.27. A adoção desse modelo possibilita a geração de informações gerenciais em tempo real, o monitoramento de padrões de consumo, a definição de parâmetros de uso e a prevenção de irregularidades, contribuindo para a eficiência administrativa, a economicidade, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo.

6.28. Dessa forma, a solução apresentada consolida-se como alternativa tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada às necessidades institucionais do órgão, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 68.017/2023.

#### **Estimativa Preliminar de Custos**

6.29. A estimativa preliminar de custos da contratação foi elaborada com base na análise do histórico de despesas do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP com abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, bem como em contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

6.30. Considerando tratar-se de contratação de serviços de gerenciamento, nos quais o pagamento se dá em função do consumo efetivamente realizado nos estabelecimentos credenciados, os custos estão diretamente relacionados ao volume de utilização da frota e às demandas operacionais do órgão, não sendo possível, nesta fase, a fixação de valores absolutos dissociados do comportamento real de consumo.

6.31. Ainda assim, a análise realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar demonstra que o modelo proposto apresenta potencial de redução de custos indiretos, racionalização de recursos humanos, padronização de procedimentos e melhoria dos mecanismos de controle, quando comparado a modelos descentralizados ou baseados em fornecimento direto.

6.32. A estimativa detalhada de valores, bem como a definição do critério de remuneração da Contratada, será objeto de consolidação no Termo de Referência, com base em pesquisa de preços específica, nos termos da legislação vigente.

#### **Crítérios de Mensuração de Desempenho**

6.33. A solução a ser contratada deverá possibilitar à Administração a avaliação contínua de seu desempenho, por meio de indicadores objetivos relacionados à disponibilidade, confiabilidade e eficiência do sistema de gerenciamento do abastecimento.

6.34. Entre os critérios de mensuração esperados, destacam-se, de forma não exaustiva, a disponibilidade do sistema informatizado, o tempo de resposta para autorização das operações, a ocorrência de falhas ou indisponibilidades, a tempestividade na disponibilização de informações gerenciais e a aderência aos parâmetros de controle definidos pela Administração.

6.35. Os critérios e indicadores de desempenho mencionados neste Estudo Técnico Preliminar serão operacionalizados por meio das funcionalidades, relatórios e mecanismos de controle descritos no Termo de Referência.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A estimativa das quantidades para a presente contratação foi definida com base no histórico de consumo do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP), na composição atual da frota, 538 veículos/equipamentos, e em parâmetros técnicos de manutenção preventiva estabelecidos pelos fabricantes. O período de referência para a projeção contratual é de 15 meses.

#### **Crítérios de Estimativa para Combustíveis x Frota**

7.1.1. Flex: 233 (duzentos e trinta e três) veículos leves, considerando, inclusive, 70 (setenta) veículos vinculados a contrato de locação;

7.1.2. Gasolina: 18 (dezoito) veículos, sendo 17 (dezesete) veículos leves e 1 (um) veículo pesado, além de 36 (trinta e seis) maquinários e equipamentos;

7.1.3. Etanol: 4 (quatro) veículos;

7.1.4. Diesel Comum: 8 (oito) veículos e 84 (oitenta e quatro) maquinários e equipamentos;

7.1.5. Diesel S10: 149 (cento e quarenta e nove) veículos, sendo 24 (vinte e quatro) veículos leves e 125 (cento e vinte e cinco) veículos pesados, além de 6 (seis) maquinários e equipamentos;

7.1.6. ARLA 32: 125 (cento e vinte e cinco) veículos pesados que utilizam Diesel S10, conforme exigência dos sistemas de controle de emissões (tecnologia SCR).

### **Critérios de Estimativa para Combustíveis**

7.2. O consumo de combustíveis foi projetado com base no consumo mensal consolidado da frota, considerando as seguintes premissas técnicas:

7.2.1. Gasolina e Etanol: Para os veículos da categoria "Flex", adotou-se a proporção técnica de 70% de consumo em Etanol e 30% em Gasolina.

7.2.2. Diesel e Diesel S10: O consumo foi estimado com base na rodagem média e na utilização de veículos pesados e maquinários.

### **Critérios de Estimativa para Serviços Correlatos e Insumos**

7.3. Foi realizada uma análise técnica para o enquadramento dos itens e serviços previstos no presente ETP, respeitando-se as especificidades de cada unidade e considerando que nem todos os serviços se aplicam à totalidade da frota. Visto que os insumos e serviços correlatos não são uniformes, as quantidades de filtros e lubrificantes foram calculadas cruzando o quantitativo de veículos por categoria com a respectiva frequência de manutenção necessária, baseando-se nas particularidades técnicas de cada modelo.

#### **7.3.1. Filtros:**

7.3.1.1. Filtro de Ar: Adotado o critério de substituição por quilometragem (entre 10.000 até 15.000 km/ano) estabelecendo-se 01 troca anual sendo 0,0833 un. média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 02 trocas anuais para caminhões e 01 troca anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,1269 un. média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.1.2. Filtro de Combustível: Adotado o critério de substituição por quilometragem (entre 10.000 até 15.000 km/ano) estabelecendo-se 01 troca anual sendo 0,0833 un. média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 03 trocas anuais para caminhões e 02 troca anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,2115 un. média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.1.3. Filtro de Óleo: Adotado o critério de substituição por quilometragem (entre 10.000 até 15.000 km/ano) estabelecendo-se 01 troca anual sendo 0,0833 un. média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 03 trocas anuais para caminhões e 02 troca anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,2127 un. média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.1.4. Filtro Racor (Separador de Água): Adotado o uso exclusivo para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 03 trocas anuais para caminhões e 02 trocas anuais para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,2131L média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

#### **7.3.2. Óleos, Fluido e Graxa:**

7.3.2.1. Óleo diferencial: Adotado o critério de substituição por tempo (higroscopicidade), com frequência de 01 troca a cada 36 meses, sendo 0,0287L média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 01 troca anual para caminhões e 01 troca anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 1,1775L média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.2.2. Óleo Lubrificante: Adotado o critério de substituição por tempo (higroscopicidade) para veículos leves, com frequência de 01 troca anual e índice de 0,3750L média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 03 trocas anuais para caminhões e 02 trocas anuais para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 2,0703L média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.2.3. Óleo Hidráulico: Adotado o critério de substituição por tempo (higroscopicidade), com frequência de 01 troca a cada 36 meses, sendo 0,0287L média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 01 troca anual para caminhões e 01 troca anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,7585L média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.2.4. Óleo Câmbio: Adotado o critério de substituição por tempo (higroscopicidade), com frequência de 01 troca a cada 36 meses, sendo 0,0287L média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 01 troca anual para caminhões e 01 troca anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,1804L média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.2.5. Fluido de Freio: Adotado o critério de substituição por tempo (higroscopicidade), com frequência de 01 troca a cada 24 meses, sendo 0,0554L média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 01 troca a cada 24 meses para caminhões e 01 troca a cada 24 meses para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,1100L média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

7.3.2.6. Graxa: Adotado o uso para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 01 passagem anual para caminhões e 01 passagem anual para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,0803 Kg média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

### 7.3.3. Lavagens:

7.3.3.1. Lavagens Simples: Adotado o uso exclusivo para a linha de Leves, no critério de manutenção preventiva, estabelecendo-se 24 lavagens anuais, sendo 2 unit média/mês x nº veículos leves. Para os veículos alocados na CGR.5 Cubatão, estabeleceu-se o critério de lavagem completa periódica, visando mitigar os efeitos da salinidade (maresia) e preservar a integridade física da frota. (números finais arredondados).

7.3.3.2. Lavagens Completas: Adotado o critério de manutenção preventiva com frequência de 01 lavagem anual, sendo 0,0833unit. média/mês x nº veículos leves. Para a linha de Pesados, o critério baseia-se na periodicidade de uso, estabelecendo-se 01 lavagem anual para caminhões e 01 lavagem para maquinários. O cálculo da média prevista mensal é realizado através do agrupamento das projeções de volume de ambas as categorias. sendo 0,0833unit. média/mês x nº veículos pesados. (números finais arredondados).

### **Quadro Resumo de Quantitativos Estimados (Mensal e 15 meses)**

Item	Unidade	Quantidade Média Mês	Quantidade Total 15 Meses
<b>Combustíveis</b>			
Etanol	L	18.190,80	272.862,00
Gasolina	L	10.573,20	158.598,00
Diesel	L	22.723,20	340.848,00
Diesel S10	L	38.445,60	576.684,00
Arla 32	L	150,00	2.250,00
<b>Filtros</b>			
Filtro de Ar - Leve	un.	29	435
Filtro de Ar - Pesado	un.	33	495
Filtro de Combustível - Leve	un.	29	435
Filtro de Combustível - Pesado	un.	55	825
Filtro de Óleo - Leve	un.	29	435
Filtro de Óleo - Pesado	un.	50	750
Filtro Racor	un.	52	780
<b>Óleos, Fluidos e Graxa</b>			
Óleo Lubrificante - Leve	L	130,50	1.957,50
Óleo Lubrificante - Pesado	L	538,30	8.074,50
Óleo Câmbio - Leve	L	10,00	150
Óleo Câmbio - Pesado	L	43,30	649,5
Óleo Diferencial - Leve	L	10,00	150
Óleo Diferencial - Pesado	L	267,30	4.009,50
Óleo Hidráulico - Leve	L	10,00	150
Óleo Hidráulico - Pesado	L	182,80	2.742,00
Fluido de Freio - Leve	L	19,30	289,5
Fluido de Freio - Pesado	L	26,30	394,5
Graxa - Pesado	Kg	20,40	306
<b>Lavagens</b>			
Lavagem Simples - Leve	un.	338	5.070,00
Lavagem Completa - Leve	un.	29	435
Lavagem Completa - Pesado	un.	20	300

7.4. As quantidades indicadas refletem a configuração atual da frota e poderão variar conforme a necessidade operacional efetiva do DER/SP ao longo da execução contratual. As estimativas apresentadas foram elaboradas com base em dados históricos de consumo da frota do DER/SP, considerando período mínimo de 12 (doze) meses, devidamente validados pelas áreas técnicas responsáveis, refletindo com fidedignidade o comportamento operacional da frota.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 10.488.839,10

8.1. A estimativa de custos será definida a partir da mediana dos orçamentos coletados, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A consolidação final dos valores estimados e os critérios de remuneração da contratada serão detalhados no Termo de Referência, em conformidade com a legislação vigente.

8.1.1. A estimativa do valor total da contratação foi obtida por meio de uma metodologia híbrida de pesquisa de preços, buscando refletir fielmente as condições de mercado e as particularidades dos itens, conforme detalhado na Memória de Cálculo:

8.1.2. Combustíveis (Etanol, Gasolina, Diesel e Diesel S10): Os valores foram balizados pela pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pela Síntese Semanal de Preços, utilizando os preços médios de revenda praticados no Estado de São Paulo como referência técnica.



8.1.3. Óleos, Graxa e Fluido de Freio: A precificação foi realizada via Portal Compras.gov.br, utilizando o método da mediana das cotações obtidas para garantir a exclusão de valores discrepantes.

8.1.4. Lavagem: Para o item de lavagem simples, foi realizada consulta direta em sites especializados e prestadores de serviço (ex: Moby Dick, Lave Park, Webmotors), adotando o preço médio de mercado.

8.1.5. Filtros (Ar, Óleo, Combustível e Racor): Para estes itens, devido à elevada heterogeneidade das peças (variações entre modelos de veículos leves e pesados/máquinas), optou-se pela utilização da média dos preços extraídos de registros de compras realizados nos últimos 6 meses. Este critério justifica-se por representar melhor o custo real de reposição de uma frota mista em comparação à mediana.

## 8.2. Detalhamento dos Valores e Quantitativos

Item	Quantidade Mês	Quantidade 15 Meses	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Mês R\$	Valor 15 Meses R\$
<b>Combustíveis</b>						
Etanol	18.190,80	272.862,00	L	4,53	82.404,32	1.236.064,86
Gasolina	10.573,20	158.598,00	L	6,22	65.765,30	986.479,56
Diesel	22.723,20	340.848,00	L	6,08	138.157,06	2.072.355,84
Diesel S10	38.445,60	576.684,00	L	6,30	242.207,28	3.633.109,20
ARLA	150,00	2.250,00	L	4,42	663,00	9.945,00
<b>Filtros</b>						
Filtro De Ar - Leve	29	435	un.	66,38	1.925,02	28.875,30
Filtro De Ar - Pesado	33	495	un.	115,48	3.810,84	57.162,60
Filtro De Combustível - Leve	29	435	un.	42,49	1.232,21	18.483,15
Filtro De Combustível - Pesado	55	825	un.	157,85	8.681,75	130.226,25
Filtro De Óleo - Leve	29	435	un.	47,82	1.386,78	20.801,70
Filtro De Óleo - Pesado	50	750	un.	102,69	5.134,50	77.017,50
Filtro Racor	52	780	un.	321,60	16.723,20	250.848,00
<b>Óleos, Fluidos e Graxa</b>						
Óleo Lubrificante - Leve	130,50	1.957,50	L	51,24	6.686,82	100.302,30
Óleo Lubrificante - Pesado	538,30	8.074,50	L	76,25	41.045,38	615.680,63
Óleo De Câmbio - Leve	10,00	150	L	45,76	457,60	6.864,00
Óleo De Câmbio - Pesado	43,30	649,50	L	24,3	1.052,19	15.782,85
Óleo Diferencial - Leve	10,00	150,00	L	22,14	221,40	3.321,00
Óleo Diferencial - Pesado	267,30	4.009,50	L	24,30	6.495,39	97.430,85
Óleo Hidráulico - Leve	10,00	150,00	L	43,44	434,40	6.516,00
Óleo Hidráulico - Pesado	182,80	2.742,00	L	62,00	11.333,60	170.004,00
Fluido De Freio - Leve	19,30	289,5	L	27,71	534,80	8.022,05
Fluido De Freio - Pesado	26,30	394,50	L	34,69	912,35	13.685,21
Graxa	20,40	306,00	kg	32,88	670,75	10.061,25
<b>Lavagens</b>						
Lavagem Simples	676	10.140	un.	75,00	50.700,00	760.500,00
Lavagem Completa - Leve	29	435	un.	140,00	4.060,00	60.900,00
Lavagem Completa - Pesado	20	300	un.	328,00	6.560,00	98.400,00
<b>TOTAL</b>					<b>699.255,94</b>	<b>10.488.839,10</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto não deve ser parcelado, tendo em vista que a sua divisão comprometeria a integração sistêmica da solução, a padronização dos controles, a rastreabilidade das operações e a eficiência na gestão contratual, além de inviabilizar a obtenção de economia de escala e aumentar os riscos operacionais.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não há atualmente contratações correlatas e/ou interdependentes relativas a solução aqui proposta.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o disposto no § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como com o § 1º do art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017, de 5 de dezembro de 2023, considerando, ainda, o disposto no Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, que tornou facultativa a elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício correspondente.

11.2. Não obstante a facultatividade do PCA no período, a contratação objeto deste estudo encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, uma vez que se refere a serviço essencial e contínuo, indispensável à execução das atividades finalísticas do órgão.

11.3. Os serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos destinam-se a assegurar a adequada utilização, conservação e disponibilidade da frota oficial, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para a continuidade das ações administrativas e operacionais do DER/SP.

11.4. A eventual descontinuidade da contratação comprometeria o funcionamento regular das atividades institucionais, afetando diretamente a prestação dos serviços públicos sob responsabilidade do órgão, razão pela qual a contratação mostra-se compatível com o planejamento estratégico e operacional da Administração.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação pretendida tem como objetivo principal viabilizar a implantação e operação de sistema informatizado e integrado para o gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos da frota de veículos automotores do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, assegurando maior controle, transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

12.2. Sob a ótica da economicidade, a solução proposta apresenta relação custo-benefício favorável à Administração, ao permitir o controle sistematizado das despesas com abastecimento, a padronização de procedimentos e a redução de custos indiretos relacionados à gestão manual ou fragmentada da frota.

12.3. Com a presente contratação, espera-se alcançar, entre outros, os seguintes resultados:

12.3.1. Centralização e padronização do gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, eliminando a necessidade de contratações pontuais ou descentralizadas;

12.3.2. Redução de despesas operacionais da frota, por meio da adoção de controles automatizados e identificação veicular automatizada (TAGs), mitigando riscos de fraudes;

12.3.3. Ampliação da capilaridade e da disponibilidade dos pontos de abastecimento, garantindo maior flexibilidade operacional e redução de deslocamentos desnecessários;

12.3.4. Melhoria da eficiência administrativa, com simplificação dos procedimentos de controle, registro e acompanhamento das operações de abastecimento;

12.3.5. Disponibilização de informações gerenciais confiáveis e tempestivas, aptas a subsidiar a tomada de decisão pelos gestores e o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo;

12.3.6. Aumento da transparência e da rastreabilidade das transações, contribuindo para a prevenção de irregularidades e o uso indevido de recursos públicos;

12.3.7. Otimização da utilização dos recursos humanos envolvidos na gestão da frota, permitindo sua alocação em atividades estratégicas;

12.3.8. Contribuição para a adoção de práticas sustentáveis, mediante o monitoramento do consumo de combustíveis e o fornecimento regular de reagentes para controle de emissões (Arla 32);

12.3.9. Preservação do patrimônio público e aumento da vida útil dos motores, assegurando a substituição tempestiva de filtros (incluindo separadores Racor) e lubrificantes conforme o plano de manutenção preventiva.

12.4. Dessa forma, a contratação permitirá ao DER/SP aprimorar a gestão de sua frota de veículos, assegurando a continuidade das atividades institucionais, o uso racional dos recursos públicos e a prestação de serviços com maior eficiência, eficácia e transparência.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a implementação da contratação, não se faz necessária a realização de adequações físicas ou estruturais em prédios do DER/SP, uma vez que a solução baseia-se em sistema via web. A adequação tecnológica restringe-se à instalação de dispositivos de identificação (TAGs) na frota, procedimento de responsabilidade da Contratada, sem ônus estrutural para o Departamento.

13.2. Não se mostra necessária a elaboração de cronograma específico para adequação de ambientes internos, tendo em vista que o início da prestação dos serviços independe de ajustes prévios por parte da Administração, além do fornecimento das informações cadastrais iniciais previstas no Termo de Referência.

13.3. Quanto à capacitação, a Contratada deverá disponibilizar suporte técnico e treinamento básico aos gestores e fiscais sobre as funcionalidades do sistema, especialmente no que tange à extração de relatórios de consumo, parametrização de regras de abastecimento e monitoramento de serviços correlatos (filtros e lubrificantes), garantindo o pleno domínio das ferramentas de controle.

13.4. Ressalta-se, contudo, que o DER/SP promove, de forma contínua, ações de capacitação e aperfeiçoamento para fiscais e gestores de contratos, o que contribui para o adequado acompanhamento da execução contratual e para o fortalecimento dos mecanismos de controle administrativo.

13.5. Em razão da inexistência de necessidade de adequações estruturais ou operacionais prévias, não se identificam riscos relevantes de insucesso da contratação relacionados a providências internas da Administração. Os riscos inerentes à contratação, abrangendo as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, encontram-se devidamente identificados, analisados e tratados no Mapa de Riscos constante do processo, elaborado na fase preparatória, em conformidade com os arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

### Da Transição Contratual e Continuidade do Serviço

13.6. Considerando que o objeto possui natureza essencial e continuada, deverá ser assegurada a continuidade da prestação dos serviços em eventual transição contratual, de modo a evitar qualquer interrupção no abastecimento da frota do DER/SP.

13.7. A futura Contratada deverá garantir a migração integral de dados, cadastros e históricos de consumo (abrangendo combustíveis, ARL 32 e serviços de manutenção preventiva, incluindo a substituição de elementos filtrantes e separadores), assegurando a integridade das informações e a manutenção dos limites e regras previamente estabelecidos.

13.8. A transição assistida tem por finalidade mitigar riscos operacionais, evitar descontinuidade dos serviços e preservar a regular execução das atividades institucionais.

### Da Transição Contratual

13.9. A transição entre eventual contrato vigente e o novo contrato deverá ocorrer de forma planejada, contínua e coordenada, sem prejuízo à execução dos serviços, cabendo à futura contratada assegurar a migração de dados, a parametrização do sistema, a ativação da rede credenciada e a plena operacionalização da solução tecnológica dentro dos prazos estabelecidos, de modo a evitar qualquer descontinuidade no abastecimento da frota.

13.10. Considerando a essencialidade do objeto e a necessidade de evitar qualquer descontinuidade na prestação dos serviços, a transição entre eventual contrato vigente e o novo contrato deverá ocorrer de forma planejada e assistida, cabendo à futura contratada assegurar a migração de dados, parametrizações, cadastros e limites operacionais, sem prejuízo à operacionalidade da frota institucional.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Nos termos do art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a presente contratação considera a adoção de critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

14.2. A solução proposta, baseada no gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos por meio de sistema informatizado e rede credenciada, contribui para a mitigação de impactos ambientais ao evitar a implantação de infraestrutura própria de armazenamento de combustíveis pela Administração, reduzindo riscos de passivos ambientais.

14.3. Caberá à Contratada assegurar que os estabelecimentos integrantes da rede credenciada observem a legislação ambiental vigente, incluindo normas relativas ao manuseio, armazenamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos decorrentes das atividades relacionadas ao objeto da contratação, especialmente óleos lubrificantes usados, elementos filtrantes contaminados (incluindo separadores tipo Racor), embalagens pós-consumo e efluentes resultantes de serviços de lavagem.

14.4. O modelo de gerenciamento adotado possibilita o monitoramento do consumo de combustíveis e do reagente ARL 32, subsidiando a adoção, pela Administração, de práticas voltadas à racionalização do uso de recursos naturais, à redução de emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e à promoção de maior eficiência energética da frota.

14.5. Sempre que possível e de acordo com a conveniência administrativa, poderão ser priorizados, no âmbito da gestão contratual, combustíveis e serviços que apresentem menor impacto ambiental, tais como etanol, combustíveis com menor teor de enxofre e métodos de lavagem com uso racional de água, sem prejuízo do atendimento às necessidades operacionais do DER/SP.

14.6. Dessa forma, a contratação contribui para a redução de impactos ambientais e para a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em apreço mostra-se plenamente viável, conforme evidenciado pelo levantamento de mercado realizado e pela análise de contratações similares promovidas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Durante a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que o modelo de contratação proposto, baseado no gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos por meio de sistema informatizado e rede credenciada, apresenta benefícios relevantes à Administração, notadamente no que se refere à racionalização de recursos humanos, à padronização de procedimentos e ao aprimoramento dos mecanismos de controle, monitoramento e fiscalização das despesas relacionadas à frota.

A solução adotada contribui para maior eficiência administrativa e operacional, ao possibilitar o acompanhamento sistematizado do consumo de combustíveis e da utilização de serviços correlatos, tais como fornecimento de óleos lubrificantes, fluidos e serviços de lavagem, assegurando maior transparência, rastreabilidade das operações e suporte qualificado à tomada de decisão gerencial.

Dessa forma, restam demonstradas a viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação, bem como sua adequação às necessidades institucionais do órgão, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e boa governança pública.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**KARINA MARIA DE MELO**

Assistente Técnico III



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:59:00.

**MARCELA LETICIA LOPES**

Coordenadora de Patrimônio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:44:47.





SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.081/2026**

## **ANEXO II**

### **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 139.00012988/2026-03)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA COORDENADORIA GERAL DE AQUISIÇÕES E LICITAÇÕES E.....

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria Geral de Aquisições e Licitações, com sede na Avenida do Estado, nº 777, Bairro Bom Retiro, na cidade de São Paulo/ Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 43.052.497/0001-02, neste ato representado pelo pela Diretora de Administração, Senhora Benedita Aparecida de Siqueira, nomeada pela Portaria PR/DER nº 002/2025, publicada no DOE de 1º de março de 2025, portadora da identificação funcional nº 21.783, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 139.00012988/2026-03 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.081/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos, incluindo óleo lubrificante, fluido de freio, reagente para controle de emissões (ARLA 32), filtros de ar, de óleo, de combustível e separadores tipo Racor, bem como serviços de higienização (lavagem simples e completa) da frota de veículos automotores e maquinários, por meio da implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado, acessível via WEB, em tempo real, com utilização de dispositivos de identificação veicular (TAGs), baseados em tecnologia Radio Frequency Identification – RFID, Near Field Communication – NFC ou outra tecnologia equivalente, destinados ao controle, monitoramento, registro e intermediação das operações realizadas em rede credenciada de postos, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL 15 MESES
1	Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de	25372	MÊS	15		

	combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados para a implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via WEB on-line real time, objetivando a prestação de serviços com utilização de dispositivos denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID, NFC ou similares, para toda frota do Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo e suas Coordenadorias Regionais.					
--	--	--	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. A taxa de Administração do objeto contratado permanecerá fixa e irredutível, em consonância com o indicado nas orientações gerais do volume 17 do CADTERC.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
  - 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
  - 11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 11.6.1. Caso fortuito ou força maior;
  - 11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
  - 11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de **08 (oito) dias úteis**, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
- (2) Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
- a. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato;
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

**I. Gestão/Unidade: 26051**

**II. Fonte de Recursos: 150140001**

**III. Programa de Trabalho: 26122263065370000**

**IV. Elemento de Despesa: 339039**

**V. Plano Interno:**

**VI. Nota de Empenho:**

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Local, data da última assinatura eletrônica das partes.

---

**Benedita Aparecida de Siqueira**

**Diretora de Administração**

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.081/2026**

## **ANEXO III**

### **MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA**

## ANEXO III

## MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MENSAL – R\$	VALOR TOTAL 15 MESES – R\$
1	Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados para a implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via WEB on-line real time, objetivando a prestação de serviços com utilização de dispositivos denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID, NFC ou similares, para toda frota do Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo e suas Coordenadorias Regionais.	25372	MÊS	15		
Valor Mensal sem Taxa de Administração						R\$
Taxa de Administração:						R\$
Valor total com Taxa de Administração:						R\$

Item	Quantidade Mês	Quantidade 15 Meses	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Mês R\$	Valor 15 Meses R\$
<b>Combustíveis</b>						
Etanol	18.190,80	272.862,00	L			
Gasolina	10.573,20	158.598,00	L			
Diesel	22.723,20	340.848,00	L			
Diesel S10	38.445,60	576.684,00	L			
ARLA	150,00	2.250,00	L			
<b>Filtros</b>						
Filtro De Ar - Leve	29	435	un.			
Filtro De Ar - Pesado	33	495	un.			
Filtro De Combustível - Leve	29	435	un.			
Filtro De Combustível - Pesado	55	825	un.			
Filtro De Óleo - Leve	29	435	un.			
Filtro De Óleo - Pesado	50	750	un.			
Filtro Racor	52	780	un.			
<b>Óleos, Fluidos e Graxa</b>						
Óleo Lubrificante - Leve	130,50	1.957,50	L			
Óleo Lubrificante - Pesado	538,30	8.074,50	L			
Óleo De Câmbio - Leve	10,00	150	L			
Óleo De Câmbio - Pesado	43,30	649,50	L			
Óleo Diferencial - Leve	10,00	150,00	L			
Óleo Diferencial - Pesado	267,30	4.009,50	L			
Óleo Hidráulico - Leve	10,00	150,00	L			
Óleo Hidráulico - Pesado	182,80	2.742,00	L			
Fluido De Freio - Leve	19,30	289,5	L			
Fluido De Freio - Pesado	26,30	394,50	L			
Graxa	20,40	306,00	kg			
<b>Lavagens</b>						
Lavagem Simples	676	10.140	un.			
Lavagem Completa - Leve	29	435	un.			
Lavagem Completa - Pesado	20	300	un.			
<b>TOTAL</b>						

Conta Bancária: Banco do Brasil

Agência:

C/C. Nº :

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data,

Nome e assinatura do representante legal



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.081/2026**

## **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)





SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.081/2026**

## **ANEXO V**

### **MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026	2026
			AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e serviços correlatos	R\$ 10.488.839,10	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94
TOTAL		R\$ 10.488.839,10	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94	R\$ 699.255,94
ACUMULADO			R\$ 699.255,94	R\$ 1.398.511,88	R\$ 2.097.767,82	R\$ 2.797.023,76	R\$ 3.496.279,70	R\$ 4.195.535,64	R\$ 4.894.791,58	R\$ 5.594.047,52	R\$ 6.293.303,46	R\$ 6.992.559,40	R\$ 7.691.815,34	R\$ 8.391.071,28	R\$ 9.090.327,22	R\$ 9.789.583,16	R\$ 10.488.839,10
PORCENTAGEM POR MÊS			6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%	6,6666%
PORCENTAGEM ACUMULADA (%)			6,67%	13,33%	20,00%	26,67%	33,33%	40,00%	46,67%	53,33%	60,00%	66,67%	73,33%	80,00%	86,67%	93,33%	100,00%